

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Curso de Graduação em Biblioteconomia

MARIA VITORIA ALVES BARBOSA

**Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções: um estudo no âmbito
da Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI**

Brasília
2023

MARIA VITORIA ALVES BARBOSA

**Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções: um estudo no âmbito
da Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília
Orientador: Profa. Dra. Greyciane de Souza Lins

Brasília
2023

B238p

Barbosa, Maria Vitoria Alves

Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções: um estudo no âmbito da Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI / Maria Vitoria Alves Barbosa; orientador Greyciane

Souza Lins. – Brasília – DF, 2023.

68 p.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2023.

1. Política de desenvolvimento de coleções. 2. Desenvolvimento de acervos.
3. Developing libraries collections. I. Lins, Greyciane Souza, orient. II.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Políticas de formação e desenvolvimento de coleções da rede de bibliotecas das unidades de pesquisa do MCTI

Autor(a): Maria Vitoria Alves Barbosa

Monografia apresentada em **16 de fevereiro de 2023** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Greyciane Souza Lins
Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Rodrigo Rabello da Silva
Membro Externo (IBICT): Dra. Erika Cruz da Silva Tinôco



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 28/02/2023, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Érika Cruz da Silva Tinôco, Usuário Externo**, em 28/02/2023, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rabello da Silva, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 07/03/2023, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9387626** e o código CRC **B91EEC9F**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a profa. Greyciane que me acolheu e aceitou me guiar na que foi a concepção deste trabalho. Muito obrigada pelo suporte no pouco tempo que tivemos.

Meus sinceros agradecimentos à minha mãe e aos meus irmãos, por todo o suporte dado durante a minha trajetória.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, muito obrigada.

“No Library of One Million Volumes
can be all
BAD”

(Antiquarian Bookman)

RESUMO

O presente trabalho analisa a presença de Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções nas bibliotecas que fazem parte da Rede de bibliotecas das Unidades de Pesquisa (RBP) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Tem como objetivos específicos realizar o levantamento bibliográfico acerca da temática de Formação e Desenvolvimento de Coleções, averiguar as bibliotecas que compõem a RBP, identificar quais possuem política e analisar os dados coletados. Para alcançar os objetivos, realizou-se um apanhado teórico com o intuito de entender os princípios teóricos acerca da temática de Desenvolvimento de Coleções e formar uma base para posteriormente analisar os documentos coletados das bibliotecas analisadas. Conclui-se, de acordo com a amostra coletada, que grande parte das bibliotecas não possuem documentos que norteiam o processo de Desenvolvimento de Coleções.

Palavras-chave: Política de formação e desenvolvimento de coleções, Desenvolvimento de acervos, Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI.

ABSTRACT

This study analyzes the presence of collection development policies in libraries that are part of the RBP. The specific objective is to carry out a bibliographical survey on the subject of the development of Collections, investigate the libraries that make up the RBP, identify which ones have a policy, and analyze the collected information. To achieve the objectives, a theoretical overview was carried out to understand the theoretical principles of the theme of Collection Development and form a basis for later analyzing the documents collected from the analyzed libraries. However, in the sample collected, it was found that most libraries do not have documents that guide the Collection Development process.

Keywords: Library collection development policies, Collection development, Library acquisition policies, Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo de Desenvolvimento de Coleções	19
Figura 2 – Etapas do Desbaste	37
Figura 3 – Objetivos Estratégicos da Rede	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metodologia adotada na pesquisa	45
Quadro 2 – Comparação entre o esperado e o contemplado	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de bibliotecas que aderiram ao questionário	51
Gráfico 2 – Quantidade de bibliotecas da rede que possuem políticas.....	52
Gráfico 3 - Histórico de políticas	53
Gráfico 4 – Existência de outros documentos norteadores	54
Gráfico 5 – A política está atualizada?	54
Gráfico 6 – Projeto de elaboração de uma política	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
FDC	Formação e Desenvolvimento de Coleções
DC	Desenvolvimento de Coleções
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CETENE	Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPEM	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
CTI	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
INT	Instituto Nacional de Tecnologia
LNA	Laboratório Nacional de Astrofísica
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ON	Observatório Nacional
RBP	Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
PFDC	Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Definição do problema e justificativa	12
2.2 Objetivos da pesquisa	12
2.2.1 Objetivo geral	12
2.2.2 Objetivos específicos	12
	13
3 REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1 Desenvolvimento de Coleções	14
3.1.1 Política de formação e desenvolvimento de coleções	21
3.1.2 Atividades do desenvolvimento de coleções	26
3.1.2.1 Estudo da comunidade	26
3.1.2.2 Seleção e Política de Seleção	27
3.1.2.3 Aquisição	33
3.1.2.4 Avaliação	34
3.1.2.5 Manutenção e armazenamento	35
3.1.2.6 Desbaste e descarte	36
3.1.2.7 Ponto ignorado	39
3.1.2.7.1 Censura e liberdade intelectual	39
3.2 Desenvolvimento de coleções e os tipos de bibliotecas	41
3.3 Bibliotecas especializadas	42
4 METODOLOGIA	45
4.1 Marco teórico	47
4.2.1 Rede de bibliotecas das unidades de pesquisa	49
5 CONTEXTO, APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	51
6 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento de Coleções (DC) começa com o colecionar, o agrupamento de obras, mas é muito mais que a tarefa de escolher e adquirir documentos. Desenvolvimento de Coleções é uma prática usual entre bibliotecas e/ou centros informacionais de todos os tipos. Para Evans (1987) essas práticas buscam fazer com que as necessidades informacionais dos usuários sejam atendidas de maneira relevante, levando em conta também questões econômicas, buscando fazer uso de recursos informacionais de dentro e fora da organização. Além disso, o DC é uma fase de planejamento que serve como uma base para tomada de decisões.

Uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PFDC) é um documento que busca estabelecer padrões para a formação e desenvolvimento de um determinado acervo. A política envolve várias atividades, além de que, ela deve refletir o contexto da biblioteca. Apesar de aparentar ser algo de fácil execução, o documento deve levar em conta a complexidade envolvida na formação e desenvolvimento de coleções. Esse documento servirá de auxílio nas tomadas de decisões de todas as atividades englobadas no DC.

Como supracitado, a PFDC deverá ter como pilar o contexto no qual a biblioteca se encontra inserida, e em bibliotecas especializadas não será diferente. Nesse tipo de biblioteca é preciso ter todo um cuidado a mais, por se tratar de necessidades informacionais mais específicas.

A política deve possibilitar a formação de um acervo que reflita a missão e os objetivos da organização, buscando guiar as atividades para processos sistematizados e conscientes, conseqüentemente formando um acervo com crescimento racional e equilibrado, com materiais que reflitam as necessidades informacionais dos seus usuários.

2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição do problema e justificativa

Um acervo de qualidade, que seja relevante e atenda às necessidades informacionais dos usuários, é aquele que cresce conforme o contexto da organização em que se encontra inserido. Para isso, o crescimento e atualização das coleções devem seguir procedimentos, que são norteados pela Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Entende-se que a falta de uma política pode influenciar diretamente na redução da qualidade dos recursos informacionais de uma biblioteca. Face ao exposto, indica-se que o presente estudo possui como problemática identificar: Qual a importância do desenvolvimento de Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções para a formação de coleções em bibliotecas especializadas?.

2.2 Objetivos da pesquisa

2.2.1 Objetivo geral

Esse trabalho objetiva mapear as políticas de formação e desenvolvimento das bibliotecas da Rede de bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI de modo a verificar se essas políticas, caso identificadas, seguem parâmetros conforme as diretrizes teórico-procedimentais.

2.2.2 Objetivos específicos

- Descrever, com base na literatura da área de Biblioteconomia, critérios e etapas essenciais para a formação e desenvolvimento de acervos em bibliotecas especializadas;
- Identificar e quantificar as bibliotecas das unidades de pesquisa do MCTI que possuem políticas de desenvolvimento de coleções formalizadas/consolidadas;

- Identificar e analisar os critérios e etapas contempladas nas políticas existentes na RBP à luz das diretrizes teórico-procedimentais.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo busca apresentar a revisão de literatura e o embasamento teórico empregado nesta pesquisa. Os temas abordados são: Desenvolvimento de Coleções, Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções, atividades envolvidas no DC, tipos de bibliotecas, etc.

3.1 Desenvolvimento de Coleções

Muito se fala sobre a importância de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções e sobre as atividades e processos que estão abarcadas nesse documento. Mas se pensássemos mais longe: Qual a origem do desenvolvimento de coleções? Quem é o “pai” de tal processo? Tais perguntas podem nunca serem respondidas, mas com base na literatura disponível, é possível traçar uma linha do tempo.

Primeiramente precisa-se pensar sobre o que é coleção, para Cunha e Cavalcante (2008, p.91) é a “reunião artificial de documentos, sem relação orgânica, agrupados de acordo com uma característica comum”. Enquanto para Broadus (1991, tradução nossa) o termo coleção implica em coisas “coletadas” e não produzidas. Para Romero (2007, p.90, tradução nossa) o acervo de uma biblioteca é o “motor, o elemento central”.

Broadus (1991) suscita que, quando se busca entender a raiz do desenvolvimento de coleções, deve-se buscar entender questões como: O que há para coletar? Quais as finalidades de se coletar tais coisas? O que das coleções é retido e o que é descartado? Esses questionamentos não são perguntas soltas, mas sim, interrogações entrelaçadas, já que traçam uma possível linha do tempo do desenvolvimento de coleções:

1. Alguém teve a ideia de colecionar algo;
2. A coleção começou a ter uma finalidade;
3. Com o passar do tempo aquela coleção começou a crescer de maneira desordenada, talvez não cabendo mais no espaço disponível;
4. Foi necessário pensar em quais itens seriam mantidos e quais seriam descartados, criando desta maneira uma lógica.

Broadus (1991, tradução nossa) argumenta que não se pode atribuir quem foi o primeiro a ter consciência sobre coleções e sua manutenção. Imagina-se que em algum momento da situação supracitada foi percebido a relação existente entre o que era coletado e a partir daí se iniciou uma busca para melhor gerenciar a coleção.

O processo de formação e desenvolvimento de acervos sempre esteve presente ao longo da história do livro e das bibliotecas. Ou seja, desde a biblioteca de Assurbanipal até as bibliotecas digitais não há como se desenvolver um acervo sem a utilização de atividades que fazem parte do processo de Desenvolvimento de Coleções.

Da Antiguidade até a Idade Moderna, o DC era um processo que possuía basicamente uma única etapa, a aquisição, levando em conta que a lógica utilizada naquela época era a de se colecionar tudo que existia disponível. Essa prática era viável pois a produção editorial se encontrava no seu estágio inicial (WEITZEL, 2002). No passado, com a baixa disponibilidade de materiais, as bibliotecas não necessitavam de critérios e/ou etapas para selecionar os materiais que seriam adquiridos, elas apenas colecionavam aquilo que estava disponível no mercado. Posteriormente ocorreu a explosão bibliográfica, evento que marcou o Desenvolvimento de Coleções.

A explosão bibliográfica está intimamente ligada com o surgimento da imprensa, no século XV, durante o Renascimento. A invenção da máquina de impressão tipográfica provocou uma revolução no âmbito da escrita e leitura. Esse equipamento permitiu a reprodução em massa do conhecimento registrado, o que provocou um aumento significativo na quantidade de material publicado ao redor do mundo. Ao longo dos seis séculos seguintes esse crescimento na publicação resultou na explosão bibliográfica.

Após a explosão bibliográfica, a partir da década de 1960, o processo de Desenvolvimento de Coleções começou a ser analisado academicamente. Inicialmente a biblioteca vê-se com uma quantidade ilimitada de materiais disponíveis e a indisponibilidade de se adquirir tudo, surgindo aí a necessidade de analisar e selecionar apenas o mais relevante para a biblioteca.

Já no século XIX começam a surgir os manuais voltados para a formação de coleções, sendo um dos mais famosos o de Peignot que fornece critérios para a seleção de materiais, sendo baseados no valor do conteúdo do documento. Esses manuais começaram a surgir para tentar ajudar a lidar com quantidade exorbitante de documentos disponíveis e a indisponibilidade de se adquirir todos.

Com tantas mudanças, o DC, passa da busca pela aquisição de tudo para a tentativa de se adquirir obras relevantes de qualidade. Desta maneira, o processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções é entendido como um processo complexo e que começa a ser analisado, do ponto de vista acadêmico, a partir de novas abordagens.

É a partir da década de 1960 que o termo Desenvolvimento de Coleções começa a ser utilizado, na literatura especializada, para se remeter aos processos que envolvem as etapas relacionadas às coleções (VERGUEIRO, 1993).

Como afirmava Ranganathan (1931), deve-se entender a biblioteca como um organismo em constante crescimento. E assim como uma planta que se encontra em constante crescimento, esse organismo (biblioteca) deve ser nutrido e podado quando necessário para que nem lhe falte aquilo que é crucial, e nem cresça em demasiada sem controle.

Seguindo essa lógica, o desenvolvimento de um acervo é como a nutrição em uma planta, tal processo deve ser feito levando em conta as necessidades nutricionais, nesse caso informacionais, de tal organismo. Para isso, deve-se conhecer esse organismo e o ecossistema, ou seja, deve-se conhecer a coleção que se tem disponível e a comunidade a qual se serve.

Oduagwu (2002, tradução nossa) refere-se ao Desenvolvimento de Coleções como um processo sistemático e organizado de aquisição e melhoria da quantidade e qualidade dos recursos informacionais de uma biblioteca, sempre buscando maximizar seu uso. Ou seja, o DC é uma maneira de garantir os recursos informacionais necessários para uma biblioteca, a fim de suprir as necessidades informacionais da sua comunidade de usuários.

Para Parmeshwaram (1997, p. 11,) o Desenvolvimento de Coleções inclui:

[...] planejamento de uma construção sistemática e racional da coleção geral. O processo inclui diversas atividades, tais como as necessidades dos usuários, a avaliação das coleções atuais, a determinação de uma política de seleção, gestão de itens selecionados, a análise e o armazenamento de itens da coleção, incorporadas ao planejamento e compartilhamento de recursos. Assim, o desenvolvimento de coleções não é uma atividade singular, mas um grupo de atividades.

O processo de Desenvolvimento de Coleções engloba os seguintes processos:

Aprender sobre as metas, objetivos e prioridades da biblioteca;
Assimilar sobre o acervo existente e a relação do mesmo com os usuários, como a coleção está servindo aos usuários;

Criar políticas voltadas para a seleção, aquisição, descarte, desbaste e avaliação das coleções;

Refletir sobre como e o que selecionar para a aquisição tendo em mente os seus usuários;

Aprender a reconhecer o que precisa ser observado e com que frequência, para garantir que seus usuários não tenham mudado desde a última análise;

Criar procedimentos para lidar com as políticas;

Desenvolver procedimentos para avaliar, revisar e passar a política em diante.” (CASSEL ; FUTAS 1991, p. 2, tradução nossa)

Podemos aqui, recorrer a Evans (1979) e sugerir que são elementos básicos do processo de desenvolvimento de coleções:

- Identificar os recursos informacionais necessários;
- Determinar os itens apropriados;
- Adquirir itens;
- e avaliar a coleção já existente.

Podem ser listadas as seguintes atividades, como essenciais dentro do DC:

A identificação, seleção e por vezes a obtenção de materiais adequados;

A distribuição dos recursos orçamentários entre os diferentes assuntos e formatos;

A gestão do acervo, sua análise e avaliação;

O relacionamento com os usuários da biblioteca;

Planejamento e implementação buscando compartilhar recursos e programas;

A determinação e coordenação das políticas e procedimentos que regem estas funções.” (GABRIEL, 1995 apud ROMERO, 2005, p. 96)

Para Evans (1979), o Desenvolvimento de Coleções abarcará seis atividades inter-relacionadas, sendo elas: o estudo da comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, avaliação e desbaste (que engloba o descarte). Sincronizando com Weitzel (2013) que aborda tais atividades, mas acredita que existam mais etapas envolvidas no processo de DC, sendo elas: armazenamento, censura, liberdade intelectual, cooperação entre bibliotecas, conservação e preservação.

Como visto anteriormente, o DC passou por diversas mudanças em sua concepção. Inicialmente o Desenvolvimento de Coleções em uma biblioteca estava inteiramente focado em adquirir e manter os itens, com a explosão bibliográfica e a revolução tecnológica ficou mais difícil de se ter tudo o que era produzido. Com a incapacidade de adquirir e manter tudo, as coleções passaram a ser fruto das necessidades institucionais, ou seja, produto resultante das necessidades informacionais da sua comunidade.

O modelo de biblioteca focado apenas em armazenamento com o intuito de salvaguarda do conhecimento ficou defasado, dando abertura para um novo ideal, que é baseado no acesso às informações relevantes para o usuário. Vergueiro (1997) considera que esse ideal não se baseará apenas no custo-benefício. Serão consideradas as particularidades específicas da comunidade, ou seja, dos usuários e do ambiente no qual a biblioteca está localizada. Além disso, se fundamenta na aquisição, avaliação, desbaste e na seleção, levando em conta as características inerentes ao campo de conhecimento no qual a seleção está embasada.

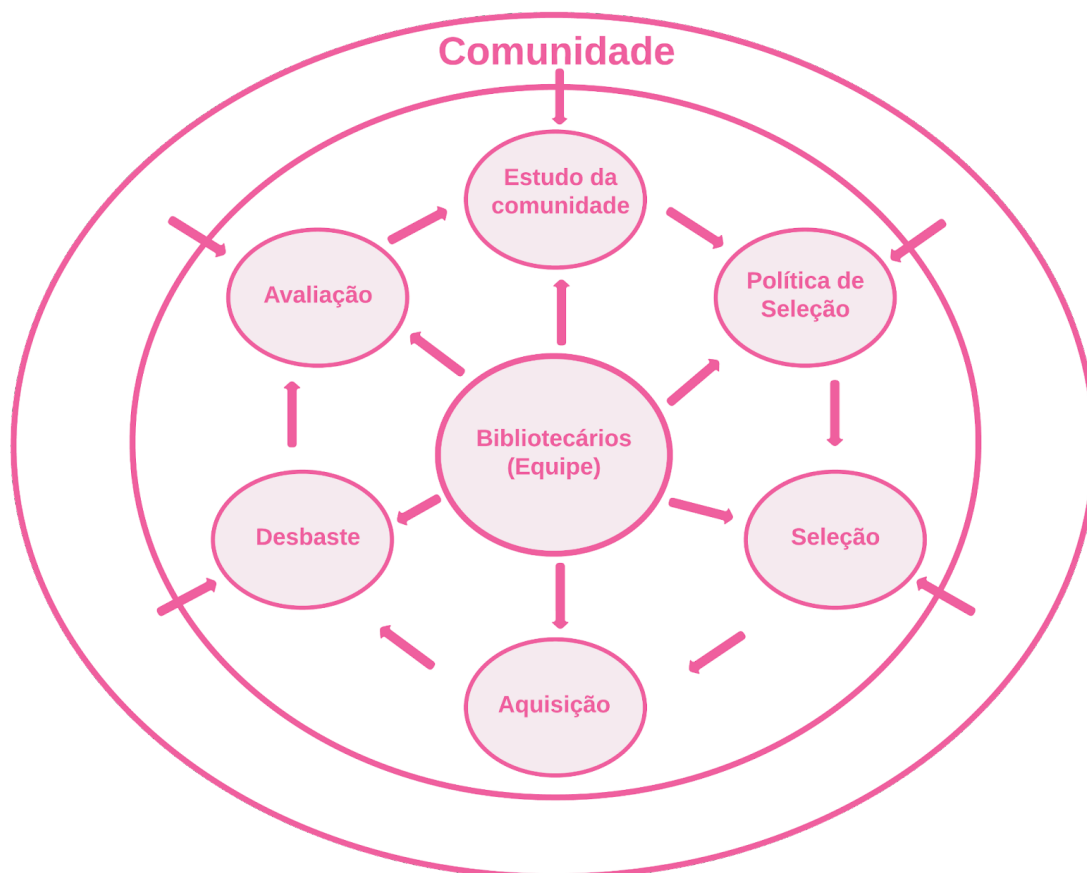
Como visto, a visão sobre as bibliotecas passa de um local de guarda e preservação dos materiais para uma instituição social. Nessa nova visão, o acervo deve suprir as necessidades de seus usuários e nessa perspectiva o tamanho da coleção já não é o mais importante. O foco muda de quantitativo para qualitativo.

O processo de Desenvolvimento de Coleções deve ser feito de modo impessoal, para isso os responsáveis pelas atividades englobadas em tal processo devem sempre deixar de lado seus ideais, crenças e posicionamento político. Mesmo que difícil, as atividades devem estar livres de censura, permitindo que o usuário tenha acesso a diversos tipos de materiais. Nessa linha de pensamento a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) afirma que “As bibliotecas devem assegurar que a seleção e a disponibilidade dos documentos e dos serviços sejam regidos por considerações de natureza profissional e não por critérios políticos, morais ou religiosos” (IFLA, 1999, p.1)

Em contraponto, Evans (1979) irá sugerir que o DC foi, é e sempre será um afazer subjetivo e tendencioso. Ou seja, a intromissão dos valores e ideias pessoais do profissional nunca poderá ser evitada

Na figura 1, vemos o modelo de processo de DC que é constituído por seis elementos: avaliação, aquisição, bibliotecário, comunidade, desbaste, políticas de seleção e seleção. Nesse modelo ao centro temos o bibliotecário, que influencia diretamente todos os elementos (etapas). Na extremidade temos a comunidade, que também influencia nos elementos. O autor refere-se à comunidade como sendo o “grupo de pessoas que a biblioteca foi estabelecida para servir” (EVANS, 1979, p.20, tradução nossa).

Figura 1 – Processo de Desenvolvimento de Coleções



Fonte: Reprodução, com adaptações, a partir de Evans (1979)

A etapa de aquisição é o único elemento do processo de DC que envolve uma contribuição mínima, ou até nenhuma, da comunidade. Após essa etapa será realizado o desbaste, que para Evans (1979) consiste em uma análise dos itens do acervo para determinar se os itens possuem ou não utilidade para aquela instituição. Quando o documento não tiver mais valor ele será descartado. Essa etapa de descarte consiste em vender, doar ou até mesmo jogar fora o item. A atividade de desbastamento é considerada uma etapa avaliativa, porém é vista como um trabalho interno da biblioteca. Enquanto a avaliação, que é a última etapa do ciclo de Evans, servirá para os mais diversos fins, dentro e fora da organização. Uma avaliação eficiente é aquela em que as necessidades informacionais da comunidade estão sendo levadas em consideração.

Nesse modelo o DC é um processo cíclico, ininterrupto e dinâmico com etapas igualmente no quesito de importância, ou seja, nenhuma atividade é mais importante que outra, sendo todas igualmente necessárias. Além disso, é possível ver a dependência

entre as etapas. Vê-se que a análise da comunidade é o ponto inicial do Desenvolvimento de Coleções, ou seja, antes de se começar a pensar no DC, e tudo que engloba ele, deve-se ter noção do que é o processo e quais as informações necessárias.

Segundo o modelo de Evans, o descarte não se encontrava como uma atividade específica, mas sim, como uma tarefa dentro do desbaste.

Verificou-se que o processo de DC é algo complexo que envolve fatores internos e externos da biblioteca. Conseqüentemente para a criação e/ou atualização de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções de qualidade sugere-se que, antes de iniciar o processo se tenha em mãos os seguintes dados:

- A comunidade a qual a biblioteca está servindo;
- Os pontos fortes e fracos da coleção;
- Recursos disponíveis na coleção e outros recursos acessíveis através de empréstimos entre bibliotecas.

Assim como Evans, Vergueiro (1989), aborda o Desenvolvimento de Coleções como algo cíclico, com etapas independentes, mas que são complementares entre si. Dialogando com Cassell e Futas (1991, tradução nossa), o processo de Desenvolvimento de Coleções compreende os seguintes processos:

- Aprendizado sobre metas, objetivos e prioridades da biblioteca;
- Conhecer a atual coleção e como a mesma serve a comunidade;
- Desenvolvimento de políticas que guiam as atividades de selecionar, adquirir, descartar, manter e avaliar coleções;
- Entender como selecionar e o que adquirir para o acervo;
- Analisar o que precisa ser avaliado e com que frequência realizar essa atividade;
- Desenvolver metodologias para lidar com as políticas e criar maneiras para avaliar, revisar e repassar tais políticas para os profissionais que vierem posteriormente.

Nesse sentido, as bibliotecas podem possuir políticas de seleção, preservação e aquisição integrantes da Política de Desenvolvimento de Coleções ou como documento elaborado separadamente.

De modo geral, o Desenvolvimento de Coleções é uma atividade que busca planejar o acervo de acordo com determinada metodologia que norteará as decisões que serão tomadas para se alcançar os objetivos da biblioteca. Como qualquer atividade que

guie a tomada de decisões, é importante que o DC esteja delimitado em formato de um documento formal, que nesse caso será a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções.

3.1.1 Política de formação e desenvolvimento de coleções

A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções é um instrumento de grande valia para uma biblioteca. De acordo com Gardner (1981, tradução nossa) as políticas de desenvolvimento de coleções começaram a ser desenvolvidas entre 1950 e o começo de 1960 como maneira de se resguardar contra a censura e apoiar a liberdade intelectual. Nessa época os Estados Unidos passavam pela era McCarthy, na qual o Senador Joseph McCarthy instaurava uma verdadeira cruzada anticomunista¹. McCarthy apoiava a eliminação de todo tipo de documento que, de acordo com a sua opinião, fosse contrário aos interesses norte-americanos. Tal período foi marcado por censura a livros e periódicos, fazendo com que os bibliotecários precisassem de algum instrumento normativo que resguardasse as escolhas dos materiais que foram selecionados e/ou descartados.

Para Vergueiro (1995) a política é um documento administrativo que norteará todas as atividades envoltas no DC. Tem ainda Evans (1987), que afirma que uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções consiste na compilação dos planos de uma biblioteca, com o intuito de manter os pontos fortes e corrigir os pontos fracos das coleções. Nesse ponto de vista sistêmico, como supracitado, serão analisados os pontos fortes e fracos em termos de necessidades informacionais dos usuários e recursos existentes, de maneira que quando constatadas insuficiências, busque-se endireitá-las.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 285) uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, consistem no “conjunto de critérios, consubstanciados num documento, que tem por objetivo assegurar o crescimento racional e equilibrado de uma determinada coleção ou acervo”.

¹ O filme “O despertar das tormentas (1956)” retrata as tentativas de censura que os bibliotecários sofreram durante o auge do marcatismo. No filme, a bibliotecária Alicia Hull (Davis) é demitida ao negar um pedido do conselho municipal. O conselho havia pedido que ela retirasse do acervo o livro “O Sonho Comunista”. Quando ela nega o pedido, os membros do conselho questionam suas atividades do passado. Então ela é demitida e rotulada de subversiva.

Na política, devem constar as diretrizes específicas sobre cada uma das etapas do DC, e servirão como guia para os profissionais que fazem parte da biblioteca.

Em relação à etapa de aquisição, devem estar abarcado na PFDC as modalidades utilizadas pela instituição para aquisição de materiais, os responsáveis por esta etapa. Além disso, a reposição de materiais também deve ser abordada. Toda essa etapa deve ser abordada levando em conta os trâmites e formalidades da instituição na qual a biblioteca se encontra inserida.

No quesito de avaliação da coleção, deve estar descrito na política, os métodos utilizados para a avaliação e a periodicidade. Já no quesito de desbaste, devem estar descritos como será realizado a atividade, e os critérios para o remanejamento, descarte e/ou preservação do documento.

A política também deverá conter as diretrizes para o armazenamento e preservação dos materiais. Nessa seção, deve estar delimitado instruções sobre a temperatura, o mobiliário adequado, ventilação e limpeza correta para a biblioteca e o acervo. Além disso, a periodicidade de atualização da PFDC deve constar no documento, sendo levado em conta as peculiaridades da biblioteca.

Quando todos os envolvidos aprovam a política, a declaração ganha senso de autoridade formal diferente de outras abordagens escritas ou informais. A formalização da política é muito importante para a sua manutenção futura, uma vez que, este é um trabalho constante. Para Vergueiro (1989, p. 25) tal formalização:

Trata-se de deixar clara a filosofia a nortear o trabalho bibliotecário no que diz respeito à coleção. Mais exatamente, trata-se de tornar público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir, tanto por causa da necessidade de um guia prático na seleção diária de itens, como devido ao fato de ser tal documento uma peça-chave para o planejamento em larga escala.

A política é uma ferramenta que busca contribuir para que o material que é inserido no acervo seja coerente com os objetivos da biblioteca, e não apenas, um material que fará volume na coleção. Além disso, a política será um documento formal contendo normas que buscam estabelecer ações e estratégias para facilitar a tomada de decisão dos assuntos que dizem respeito às atividades inerentes ao planejamento e desenvolvimento do acervo.

Ao se pensar em criar e/ou atualizar a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, os responsáveis devem ter em mente que, deve-se conhecer quem são seus

usuários e seus desejos informacionais. A análise da comunidade deve ser feita inicialmente para que assim possa se alinhar as metas e objetivos da biblioteca com o que é almejado pela sua comunidade.

Para alcançar esses dados é necessário que se realize um estudo dessa comunidade e antes de iniciar o estudo, é importante analisar as seguintes questões:

1. Quem fará a coleta de dados? Nessa etapa alguns fatores nortearão as escolhas de responsabilidade durante o processo de coleta de dados. A questão de recursos, tanto humanos quanto financeiros, será um dos fatores principais na decisão final;
2. Quais métodos serão utilizados para a coleta de dados? Deve ser pensado como será o questionário, quais tipos de perguntas serão utilizadas e primordialmente como o mesmo será aplicado. Com isso em mente é necessário planejar e pesquisar as ferramentas disponíveis e quais os prós e contras de tais recursos.
3. Quais informações estão sendo buscadas? Durante o planejamento do estudo da comunidade é primordial que se tenha bem delimitado o que se busca saber da população estudada.
4. Onde os dados podem ser encontrados? Nessa etapa, deve-se buscar entender onde se encontram os dados que desejam ser estudados. Por exemplo, há dados que se encontram disponíveis em fontes governamentais, enquanto outros será necessário consultar individualmente os elementos da população.
5. Como será feita a análise desses dados.

Por se tratar de um documento que requer muitos dados, poderá parecer ser um trabalho penoso demais, mas é um esforço necessário e após elaborada uma vez, a política necessitará de menos trabalho para ser atualizada, sendo necessárias revisões apenas no que for mudando ao longo dos tempos.

Para Cassell e Futas (1991) a coleta de dados e conversas com usuários e representantes da biblioteca é extremamente necessária. Seguindo esse modelo, os autores sugerem os seguintes passos para se começar a escrever uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções:

1. Iniciar a preparação de recursos, sendo eles humanos, financeiros, de tempo, etc;

2. Envolver no processo todos os profissionais que precisam e querem estar envolvidos. Além disso, devem estar envolvidas aquelas pessoas que sempre geram problemas, sendo elas delegadas para tarefas que sejam passíveis de se acompanhar os resultados, pois deve ser possível acompanhar as pessoas e identificar os problemas gerados por elas;
3. Reuniões devem ser realizadas com o intuito de se trocar ideias sobre o processo, serviços e produtos. Sendo necessário estabelecer posições e responsabilidades para as pessoas no grupo. O consenso deve ser almejado. Durante as reuniões as opiniões divergentes e críticas devem ser encorajadas, ou seja, deve haver um ambiente onde não exista a retaliação dos supervisores;
4. Organização de encontros mensais com todos os membros e reuniões mais frequentes com pequenos grupos;
5. Liderança deve existir e é esperado que o líder conduza os encontros e a organização de tais eventos. Além disso, é esperado do líder que o mesmo busque se capacitar e saiba enfatizar para todos a importância das tarefas que estão e serão realizadas;
6. Coleta de informações sobre a biblioteca e o acervo disponível deverá ser feita. Os dados sobre a comunidade servida também deverão ser levantados para a realização das atividades. O processo de coleta de dados costuma ser o mais dispendioso;
7. Analisar os dados e buscar transformá-los em informações relevantes para o processo;
8. Avaliar a coleção e buscar julgar se a mesma é uma coleção útil, tendo como base as informações que foram coletadas;
9. Desenvolver a política será o penúltimo passo, com as informações coletadas e analisadas, o processo de escrita poderá começar
10. Repetir os outros passos novamente, em busca de erros que possam ter passado despercebidos.

Durante a escrita é necessário ter em mente que o documento deve ser escrito de maneira clara, englobando as metas e objetivos institucionais. Para isso, de maneira geral, o documento deve abarcar:

- Informações sobre a comunidade a ser atendida, tais como definições bem delimitadas acerca de quem são os usuários principais, se haverá níveis de prioridade entre os tipos de usuários;
- Delimitações acerca dos tipos de coleções, além de parâmetros claros para o acervo. Deverá constar os tipos de materiais que serão aceitos e quais as áreas e limites que os documentos da coleção devem abarcar;
- Ainda no quesito de acervo, podem surgir dúvidas tais como: “quantos exemplares por item”, “para todos os materiais deverá ser adquirido duplicatas”. É pensando em tais questionamentos, que deverão estar delimitadas questões relativas a quantidade de exemplares por obra;
- Delimitação dos serviços e produtos que a biblioteca fornece;
- Possibilidade de ações cooperativas. (EVANS, 1979, tradução nossa)

Na percepção dos autores que serviram como embasamento para esse trabalho, independentemente do tipo de biblioteca, o desenvolvimento de coleções deve ser orientado por uma política. A PFDC será uma declaração escrita contendo a filosofia e objetivos para a orientação daqueles envolvidos nos processos. As seções básicas de uma política são:

- Descrição e análise da comunidade;
- Objetivos e metas da instituição;
- Cobertura do assunto;
- Os tipos e formas de materiais abarcados;
- A seleção de materiais;
- Aquisição de materiais;
- Fontes de compras;
- Modalidades de pagamento;
- Preservação e conservação;
- Cooperação entre bibliotecas;
- Avaliação;
- Desbaste;
- Doações;
- Tempo de revisão da política.

Grande parte dos autores não abordam questões como processamento técnico dentro de uma política. Entretanto, para Wood e Hoffmann (1996, tradução nossa) a

política de catalogação deve ser vista como um componente da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções. A política de catalogação descreverá as prioridades para fornecer acesso bibliográfico. Dialogando com os autores, é sugerido que a política de catalogação faça parte da PFDC.

Diante do exposto, é perceptível que a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções será a formalização de maneira escrita dos processos e diretrizes do Desenvolvimento de Coleções. Esse documento garante que, mesmo que mude toda a equipe da biblioteca, o DC tenha um norte.

3.1.2 Atividades do desenvolvimento de coleções

Com base nos autores, até então apresentados, para ser proveitosa, uma PFDC deve abarcar atividades independentes, tais como: estudo da comunidade, seleção e políticas de seleção, aquisição, avaliação, manutenção, armazenamento, preservação, desbaste e descarte.

Desse modo, indica-se que nos subtópicos que se seguem serão apresentadas as descrições e os processos integrantes de cada atividade anteriormente listada.

3.1.2.1 Estudo da comunidade

O estudo da comunidade, ou análise da comunidade, é uma tentativa de determinar as necessidades da comunidade. É utópico pensar que os bibliotecários podem inferir as necessidades informacionais de uma biblioteca sem antes possuir informações advindas do estudo da comunidade em que a mesma se encontra inserida.

Weitzel (2006), entende a análise da comunidade como uma atividade complexa, já que, a mesma envolve investigação de primeira mão, coordenação dos fatores econômicos e sociais, além de uma análise desses e de outros aspectos correlacionados de determinado grupo.

Para Maciel e Mendonça (2006) o estudo da comunidade oferece a base necessária para o processo de seleção e para o estabelecimento de uma política de

seleção coerente. Além de fornecer suporte para as decisões relativas ao processamento técnico dos documentos e o seu armazenamento,

A análise da comunidade está intimamente ligada à segunda lei de Ranganathan, que defende a ideia de que todo leitor tem o seu livro. O autor salienta que “a primeira providência que o próprio bibliotecário deve tomar é conhecer, diretamente, a comunidade a quem servirá” (RANGANATHAN, 2009, p.75).

Para Evans (1979) a comunidade deve ser analisada sistematicamente com o auxílio de todas as ferramentas disponíveis. É importante analisar as mais diversas variáveis, levando em conta que tais dados podem impactar diretamente no serviço prestado pela biblioteca. O autor afirma que um grande recurso está sendo deixado de lado pelos bibliotecários, a comunidade, levando em conta que participação do povo pode ser utilizada para: “1) publicidade, 2) expressão direta das necessidades, 3) ajuda voluntária e 4) envolvimento dos cidadãos nos assuntos da biblioteca” (EVANS, 1979, p. 98, tradução nossa). Diante do exposto, pode-se concluir que a publicidade pode alertar aos usuários sobre a existência da biblioteca e informá-los de que a mesma se importa com suas necessidades e almejos. Enquanto a expressão direta possibilita que os usuários se expressem de maneira direta. A medida que a ajuda voluntária pode fornecer força de trabalho voluntária para atividades como a própria pesquisa e a publicidade, além disso permite o envolvimento da comunidade com os assuntos referentes à biblioteca.

Os dados são ponderados em termos dos objetivos e metas de serviços e produtos da biblioteca para a comunidade. Novas metas e objetivos podem ser incluídos se for considerado que os mesmos são necessários para suprir as necessidades da comunidade. A partir de tais descobertas, a política pode então ser ajustada para refletir as demandas recém-descobertas.

Nesse sentido, a análise dos dados provenientes do estudo da comunidade é vantajosa para a avaliação do acervo e serviços prestados, além de demonstrar a necessidade da definição de novos objetivos e/ou metas para a biblioteca.

3.1.2.2 Seleção e Política de Seleção

As coleções são muito importantes para uma biblioteca porque representam a importância da(s) finalidade(s) da biblioteca através do seu conteúdo e o que ela oferece

aos usuários, ou seja, o acervo representa o que a biblioteca é. Como visto anteriormente, após a “explosão bibliográfica” o excesso de produção informacional dificultou a aquisição de todos os materiais relevantes. Nesse sentido, o profissional deve intensificar e cuidar da seleção de documentos estando atento aos critérios e requisitos determinados pela biblioteca em sua política, como autoridade, confiabilidade, credibilidade, entre outros (WEITZEL, 2000).

Para buscar acabar com o “caos bibliográfico” (MILANESI, 2013, p. 74), resultante do excesso de produção intelectual, é de extrema valia a seleção de documentos, que deverá contar com escolhas baseadas em critérios. A seleção é uma etapa do processo de formação e desenvolvimento de acervo responsável por escolher os materiais que estão de acordo com a proposta da biblioteca em questão e as necessidades dos usuários. Garantindo assim, a qualidade e eficácia do acervo em formação.

A etapa de seleção contará com o processo de tomada de decisão por parte do responsável, que estará a cargo de identificar os documentos necessários ao cumprimento dos objetivos e metas da instituição, além de informações que atendam às necessidades da comunidade de usuários.

A responsabilidade da atividade de seleção pode ser atribuída a uma comissão, ou para o próprio bibliotecário, tudo dependerá dos recursos disponíveis na instituição. No caso de se formar uma comissão específica para a etapa,

Para Vergueiro (2010) tal etapa se divide em processo de seleção e política de seleção. O primeiro, está intimamente associado com os estágios da seleção, que consiste no trabalho realizado pelos responsáveis pela seleção, indo desde a análise de materiais até a determinação do que irá compor ou não o acervo de determinada biblioteca. Enquanto a política de seleção, consiste em formalizar as etapas da seleção, definindo, por exemplo, os responsáveis por tal processo, os instrumentos auxiliares utilizados e os critérios gerais de seleção.

Os diferentes tipos de bibliotecas possuem nuances diferentes no processo de seleção, as bibliotecas universitárias terão um envolvimento maior com os usuários, além da utilização de especialistas nos assuntos abarcados, se comparado com bibliotecas públicas. Enquanto em bibliotecas públicas o bibliotecário costuma atuar em todas as áreas, seja no processamento técnico, seleção, referência e atendimento ao usuário. Já nas bibliotecas especializadas geralmente contarão com profissionais com formação mais

especializada e/ou treinamentos focados na especialidade da instituição além de disporem de um comitê para a seleção

A alocação de quem realizará as questões de seleção, dependerá em grande parte da biblioteca e de suas condições. O importante é que tudo que for estipulado seja registrado de maneira escrita para que não haja dúvidas sobre onde está a responsabilidade.

Cada biblioteca possui seus critérios para a seleção de materiais, que devem estar expostos na política de seleção, e quaisquer que forem os critérios selecionados eles devem ser claramente delineados na política.

Quando se observa princípios e critérios de seleção, é nítido que formatos e suportes diferentes exigirão padrões diferentes para analisá-los, entretanto serão adicionais aos elementos básicos e não substitutos. As coleções devem ser vistas como grupos compostos por variados formatos, mas todos esses formatos devem ser julgados de acordo com os mesmos padrões.

De acordo com Wood e Hoffmann (1996, p. 180, tradução nossa) não há como agilizar a seleção com regras rígidas e rápidas, levando em conta que a seleção é “uma arte, não uma ciência”. Na política de seleção é necessário que estejam delineadas teorias de seleção, que expliquem possíveis problemas que aparecerão durante a atividade, além de guiar o profissional quanto aos critérios utilizados para avaliar os materiais.

Ao longo dos anos, na história da seleção de materiais para bibliotecas, é evidente a existência de duas vertentes. A primeira é focada na demanda, enquanto a outra no valor e/ou qualidade. Tais vertentes são opostas, porém uma não exclui a outra. Atualmente a maioria dos bibliotecários não optam por uma única dessas ideias, mas sim, por uma posição entre as duas.

Na literatura, a primeira aparição da teoria da demanda foi em 1925 com Lionel McColvin, em “The Theory of Book Selection For Public Libraries”. Para McColvin a biblioteca pública era fruto de uma demanda pública, que deveria fornecer serviços almejados pelo público, por seus contribuintes. Por ser uma biblioteca pública, consequentemente bancada pelos contribuintes, tal entidade deveria verificar a demanda de tal comunidade e buscar satisfazer tais demandas. Dessa maneira, o conteúdo de uma coleção, seria determinado fortemente, se não unicamente, pelas demandas dos

usuários. Para determinar a abrangência em determinada temática no acervo, bastava observar a quantidade de demanda por tal assunto.

McColvin logo percebeu que o que o público desejava não coincidia com o que era considerado pertinente pelos bibliotecários. Tendo em vista essa divergência, o autor buscou equilibrar tais fatores atribuindo valores numéricos a determinados assuntos, tendo como base a sua importância, enquanto com base no número de solicitações de livros sobre determinada temática eram atribuídos outros valores. Esses dois algoritmos eram multiplicados, e o resultado dessa conta era um "número representativo. (EVANS 1979)

O modelo de McColvin pode não ser a melhor maneira de se determinar o que selecionar, levando em conta que para chegar a tais resultados eram necessários muito gasto de recursos com pesquisas para se concretizar tal conta. Apesar de que seu trabalho deixou evidente a necessidade em se conciliar o que o profissional pensa com o que é buscado pela comunidade de usuários. Além disso, para o McColvin “[...] o tamanho da coleção em um determinado assunto deve ser proporcional a demanda por tal temática, independentemente da avaliação subjetiva do bibliotecário” (EVANS, 1979, p. 139, tradução nossa)

No mundo contemporâneo há uma infinidade de publicações, que são consequências dos avanços tecnológicos e crescimento das indústrias tipográficas. O que torna o trabalho dos bibliotecários responsáveis pela seleção, uma tarefa bastante árdua e, acaba refletindo no estabelecimento de um processo de seleção mais preciso e criterioso. Com o intuito de se obter maior rigor na análise dos materiais informacionais. Tornando-se assim, indispensável o uso de instrumentos auxiliares para contribuir e aprimorar o processo de seleção. Vergueiro corrobora tal percepção ao afirmar que:

[...] é impossível a qualquer bibliotecário ter conhecimento de tudo que é de interesse para sua instituição, ou mesmo ter condições de avaliar objetivamente os materiais publicados. Por maior que seja sua dedicação e disponibilidade, ele fracassará (VERGUEIRO, 2010, p.71).

A mesma maneira, Peignot (1823, p.14) ressalta a importância da seletividade, da priorização da qualidade em comparação a quantidade, ao alegar a seguinte frase: “Não se lamenta pela escassez de livros [em sua biblioteca], o importante não é ter muitos, mas ter os bons. A multidão de livros existe apenas para distrair o espírito”.

Como visto, os instrumentos auxiliares são de extrema ajuda durante o processo de seleção de materiais para o acervo. São exemplos de instrumentos auxiliares:

- Bibliografias;
- Resenhas;
- Catálogos de editoras.

Adicionalmente aos instrumentos auxiliares, temos os critérios de seleção, que também são relevantes para o processo de seleção e que devem ser levados em consideração no momento da tomada de decisão. Dessa forma, possibilitam a escolha de materiais informacionais que estejam em consonância com os interesses da instituição e dos usuários. Os instrumentos auxiliares da seleção, também conhecidos como fontes de seleção, podem proporcionar ao bibliotecário obter informações referentes à existência de itens específicos, e ter acesso a uma estimativa da qualidade dos documentos. Cada biblioteca deve definir os instrumentos auxiliares que lhe sejam úteis e a adequação de um instrumento auxiliar a uma biblioteca específica dependerá do que se deseja dele.

Cada biblioteca relaciona detalhadamente todos os critérios cotidianamente utilizados para a seleção dos materiais e que não deixe dúvida a respeito do que se almeja com eles. Conforme Vergueiro (1997), os critérios de seleção não são aplicáveis apenas a livros, mas também a periódicos, audiovisuais e até aos materiais digitais. Podem ser destacados, os seguintes critérios:

- seleção de material de acordo com o usuário: o assunto e os tipos de documentos devem estar de acordo com as necessidades dos usuários;
- seleção de material de acordo com preço: o custo-benefício do material deve compensar sua aquisição;
- seleção de material de acordo com a autoridade: deve ser levado em consideração a análise da reputação do autor, da editora ou do patrocinador do material que se deseja selecionar;
- seleção de material de acordo com a precisão: o material deve presar pela exatidão, rigor, correção e fidelidade da informação;
- seleção de material de acordo com a imparcialidade do documento: o assunto deve ser abordado de maneira imparcial, sem favoritismos ou preconceitos;
- seleção de material de acordo com a atualidade: a informação contida no material deve ser atualizada, principalmente no que diz respeito à ortografia;

- seleção de material de acordo com a cobertura/tratamento: o assunto e os aspectos importantes contidos na obra devem ser tratados adequadamente, cobertos em detalhes e não superficialmente, sempre respeitando o público-alvo da biblioteca. Em alguns casos, será necessária a colaboração de especialistas;
- seleção de material de acordo com a conveniência: nível de vocabulário adequado ao tipo de usuário;
- seleção de material de acordo com o idioma: o material deve conter conteúdo no idioma falado pelos usuários, podendo ser selecionados documentos em outros idiomas quando o tipo de biblioteca e seus objetivos o permitirem;
- seleção de material de acordo com a relevância/ interesse: o documento deve ser relevante para os usuários, despertando seu interesse e levando em conta suas experiências prévias;
- seleção de material de acordo com o estilo: o estilo utilizado pelo autor deve ser adequado ao público-alvo, principalmente na maneira de se comunicar através da escrita;
- seleção de material de acordo com as características físicas: o material deve conter caracteres tipográficos bem legíveis, tamanho de letra apropriado para o seu público-alvo, encadernação resistente, qualidade do papel adequada;
- seleção de material de acordo com os aspectos especiais: deve-se verificar se a obra contém bibliografias, apêndices, notas e índices bem elaborados e adequados ao tipo de usuário. (VERGUEIRO, 1997)

Assim como toda a política, com a política de seleção não seria diferente. O documento deve refletir a história da biblioteca, as expectativas e desejos da sua comunidade. Para Barbosa (1985, p.45) a política de seleção tem por objetivo “Tornar disponível materiais impressos e não-impresos a todos os membros da comunidade, para que a biblioteca conduza o desenvolvimento pessoal do indivíduo e o desenvolvimento social da comunidade”.

A política de seleção deve fornecer diretrizes que busquem formar uma coleção representativa das necessidades informacionais de usuário e possíveis usuários, focando na aquisição de materiais que possam beneficiar o maior número de pessoas possível. Em resumo, é fulcral estipular políticas de seleção com critérios condizentes com o perfil da comunidade e de seus usuários. Da mesma maneira, tudo que foi delimitado na política deve se encontrar registrado para que todos tenham acesso.

3.1.2.3 Aquisição

Quando se fala em aquisição, há sempre aqueles que concebem que a aquisição e a seleção são o mesmo processo. Mesmo que tais atividades sejam intimamente relacionadas, a ideia de que sejam uma única atividade está longe de ser verdade. Em suma, a aquisição é a etapa na qual a biblioteca adquire (através de compra, permuta e/ou doação) os itens que durante a seleção foram identificados como adições pertinentes para a coleção. Além disso, pode ser definida como “um meio para concretização das decisões da seleção, meio este que deve buscar a maximização dos resultados, para isso estabelecendo um fluxo administrativo suficientemente linear e controlado” (VERGUEIRO, 2017, p. 63).

A etapa de aquisição, para ser realizada de maneira coerente, deve ser feita com base nos critérios de seleção delimitados. Deve ser realizada uma relação dos materiais escolhidos através do processo de seleção, analisando-os com base na coleção já existente.

A aquisição de materiais para a biblioteca pode ser feita através das seguintes modalidades: compra, permuta e doação. As atribuições para aquisição por compra incluem a observação das seguintes premissas: a) obtenção de informações sobre os materiais desejados pela biblioteca; b) efetivação do processo de compra dos materiais; c) manutenção e controle dos arquivos; e, d) administração dos recursos disponíveis para a aquisição.

A aquisição feita através da compra costuma demandar uma abordagem mais complexa, pois essa modalidade envolve a utilização de recursos financeiros, que dependendo da instituição envolverá trâmites institucionais e legais diferentes.

A permuta dependerá da cooperação entre bibliotecas. Nesse tipo de aquisição é necessário que durante a permuta exista sintonia entre os procedimentos legais e/ou institucionais de ambas as bibliotecas.

A doação geralmente é muito bem vista, levando em conta que não acarreta custos para a organização. Para Evans (1979) os itens doados devem ser processados da mesma maneira que um item comprado, além de que para o autor, um item doado nunca é gratuito. É preciso ter na política, informações sobre como lidar com as doações. É necessário estar delimitado se serão aceitos apenas itens que possam ser adicionados à

coleção ou se aceitará qualquer documento. Para ambos os casos se faz necessário que a biblioteca disponha de algo escrito que salvguarde a biblioteca da possibilidade de se descartar futuramente o material recebido.

Podemos aqui, recorrendo a Farrell (1991, p.60, tradução nossa) sugerir que a seção que engloba doações defina os procedimentos para “adesão, avaliação, reconhecimento e processamento das doações”, além de incluir a maneira como serão feitas as avaliações das doações e também as “declarações fiscais e outras considerações sobre aceitar e/ou recusar as doações”.

Vergueiro (2010) suscita que recusar os itens doados logo de cara não é a melhor ideia, sugere que deve-se aceitar tais materiais para fazer a avaliação e somente após isso atribuir o destino desses itens. Após sua devida avaliação, os materiais advindos de doações, podem ter os seguintes destinos: Incorporação no acervo da biblioteca, permuta com outras bibliotecas, doação e descarte.

Em resumo, os critérios de seleção serão os mesmos, independentemente da modalidade de aquisição.

3.1.2.4 Avaliação

A etapa de avaliação consiste na “mensuração, quantitativa e qualitativa do grau de qualidade do acervo em relação ao nível de atendimento das necessidades dos usuários.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 41)

O processo de avaliação tem como objetivo principal manter o acervo atualizado, equilibrado e fidedigno, mantendo-se fiel à missão da biblioteca, além de servir não apenas para acompanhar o crescimento e composição do acervo, como também para identificar se os critérios de desenvolvimento de coleções estão sendo alcançados. Trata-se de uma atividade regular que exige o contato direto do bibliotecário com a comunidade. Necessita que o profissional tenha conhecimento do acervo para identificar os pontos fortes e fracos do acervo, além de estimular a oferta de novos títulos disponíveis no mercado editorial. Vale a pena ressaltar que a avaliação “é que oportuniza a constante renovação da coleção, a atualidade e a pertinência” (SPUDEIT; CORRÊA, 2017, p. 86).

A atividade de avaliação de coleções é importante para uma autocrítica em relação à eficiência da política para o desenvolvimento de coleções. A necessidade de adoção de metodologia adequada ao contexto das bibliotecas, no contexto de avaliação, eliminará fatores subjetivos. Como visto no modelo de processo de DC, na figura 1, em conjunto com o estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento, a avaliação irá compor um processo cíclico e ininterrupto do desenvolvimento de coleções (EVANS, 1989, tradução nossa).

Um acervo pode ser avaliado de acordo com o tamanho da coleção, a adequação dos assuntos, levando em conta os objetivos da biblioteca e a usabilidade do acervo. Após realizada a avaliação é possível verificar se aquela coleção está suprimindo as necessidades informacionais da comunidade. Caso isso não aconteça, é importante que os critérios de seleção sejam revistos.

3.1.2.5 Manutenção e armazenamento

Essa seção da política definirá os princípios e procedimentos para manter a condição física das coleções. Para Cassell e Futas (1991, p. 111, tradução nossa) é importante que a seção discuta questões sobre a manutenção da coleção, incluindo “[...] a substituição, reparação, encadernação, duplicação de títulos, além da remoção e procedimentos seguintes”.

A manutenção pode ser vista como conservação e preservação do acervo, sendo essa função de extrema valia para o processo de desenvolvimento de coleções (EVANS, 1979, tradução nossa). De maneira sucinta, essa seção da política deve estabelecer diretrizes para assegurar que as coleções da biblioteca cheguem às futuras gerações, com integridade física.

Esses processos buscam minimizar danos e deterioração dos materiais e, quando necessário, reverter os efeitos negativos que atuaram sobre os itens.

O armazenamento é um aspecto relevante para minimizar os danos aos documentos, além disso a maneira como o item é manuseado também tem sua importância. Cada material possui necessidades diferentes na maneira com que são armazenados, dependendo de tais propriedades serão definidos parâmetros para luz, umidade etc.

O armazenamento inadequado afetará diretamente a vida útil dos itens. A guarda de tais materiais sem os devidos cuidados resultará em danos rápidos às coleções.

O documento de Apoio Técnico para as Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação de Portugal sugere valores de referência para ocupação das estantes. Dado isso, cada nicho de estante, com 1 m de largura deverá ter até 40 livros, sendo observado sempre a espessura do item. Além disso, deve ser reservado $\frac{1}{4}$ do espaço total para o crescimento do acervo.

As estantes devem estar a no mínimo 7 cm de distância das paredes, para Ogden (2001) essa distância facilita a circulação de ar ao seu redor e evitar bolsões de ar úmido, especialmente quando se trata de uma parede externa do prédio. O nicho mais baixo da estante deve estar entre 10 e 15 cm do chão para evitar que os livros possam sofrer com inundações e até mesmo durante as limpezas da biblioteca.

Para manter os itens em pé, são utilizados bibliocantos. No caso de livros guardados em armários fechados, o cuidado com o espaçamento mínimo também deve ser seguido, além da preocupação com a umidade para que não se acumule. (OGDEN, 2001).

3.1.2.6 Desbaste e descarte

O processo de desbaste consiste em uma avaliação do acervo que o profissional faz para separar as obras, seja para remanejamento ou descarte. Para alguns o desbaste é “o processo de seleção ao contrário” (EVANS, 1979, p. 216, tradução nossa). Dialogando com Weitzel (2003, p. 37) podemos afirmar que tal processo contribui para melhorar o acesso dos usuários ao material, além de renovar o espaço físico e, devido sua importância, também devem ter seus critérios definidos na política de desenvolvimento de acervo.

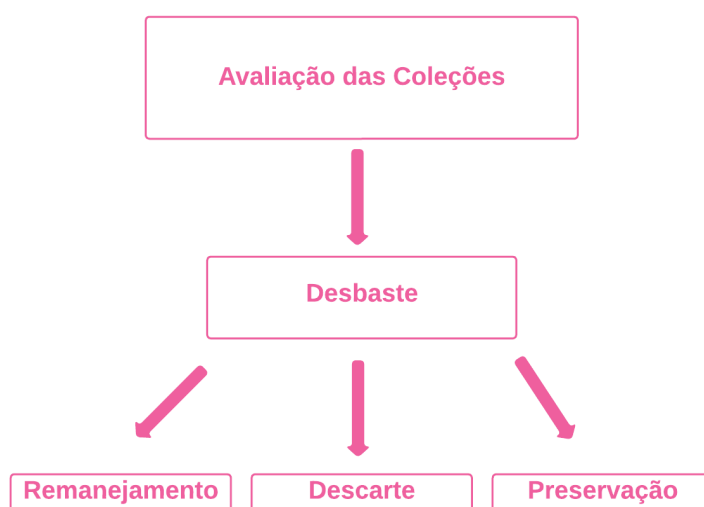
Para se realizar o desbastamento, antes deve-se fazer a etapa de avaliação das coleções. As três principais atividades do desbaste após a avaliação são:

- Remanejamento: é a retirada provisória de alguns itens do acervo que não tiveram muitas consultas para outro local de menor acessibilidade;

- Descarte: retirada definitiva de títulos do acervo para fins de doação ou eliminação (não se deve eliminar materiais de caráter local histórico);
- Preservação: retirada do item da coleção para fins de preservação, sendo que após essa etapa o material pode retornar ao acervo corrente e/ou ser remanejado para outro local.

Essas três atividades também são delimitadas como subprocessos do desbaste, na figura 2 vemos essa disposição.

Figura 2: Etapas do desbaste



Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 80, Joseph P. Segal desenvolveu o método CREW - Continuous Review, Evaluation and Weeding (Avaliação e Revisão Contínua para Desbastamento). O método utiliza a sigla MUSTY (mofado em inglês), o qual indica cinco critérios negativos para retirada do item não pertinente ao acervo:

M=Misleading: São itens que apresentam inexatidão conforme o critério de seleção precisão;

U=Ugly: Itens que apresentam problemas em sua constituição física;

S=Superseded: Itens desatualizados ou que foram superados por edições superiores;

T=Trivial: Itens de interesse efêmero ou superficiais sem mérito técnico-científico ou cultural;

Y=Your: itens irrelevantes para as necessidades e interesses de usuários. (WEITZEL, 2018)

A atualização do método de Segal, acrescentado os fatores "I"(Irrelevant) e "E"(Elsewhere Available) à MUSTY, o que originou o atual MUSTIE. O método Crew é um mapeamento do acervo por classes e subclasses da CDD que são agrupados por duas categorias: "itens que não houve circulação nos últimos 3 anos e itens que circularam nos últimos 3 anos." (LARSON, 2012, p. 57).

M – Itens com informações desatualizadas;

U – Condição física do item, desgastado, não é possível o conserto;

S – Material desatualizado;

T – Conteúdo não preciso e inapropriada aos usuários;

I – Coleção irrelevante ao currículo acadêmico;

E – São itens disponíveis que estão localizados em outro local.

Como salienta Figueiredo (1993) as desculpas mais frequentes utilizadas por bibliotecários para não realizar o desbaste são: Falta de tempo, medo de cometer erros, relutância em se desfazer dos materiais e a mania de querer realizar, mas adiam.

Para Lancaster (1996, p.119) o único critério que deveria ser levado em consideração ao ponderar descartar um item deve ser: "este livro merece o lugar que ocupa na estante? Se não, jogue-o fora." Dialogando com Evans (1979) pode-se afirmar que o desbaste não é, e nem deve ser, uma atividade isolada, devem ser considerados os objetivos da biblioteca, recursos para a aquisição de materiais mais relevantes, a possibilidade futura de determinado livro, além da relação de um item com outros sobre a temática. McGraw aponta os seguintes itens como critérios para auxiliar a determinar quais itens eliminar:

1 Duplicatas;

2 Doações indesejadas e/ou não solicitadas;

3 Itens obsoletos;

4 Edições substituídas;

5 Itens infectados, sujos, papel quebradiço, livros com páginas faltando, itens com letras pequenas, coleções desnecessárias e não utilizadas.

6) Periódicos sem índices.(EVANS, 1979, p. 233, apud MCGRAW, 1956, p. 278 -279, tradução nossa)

Para o desbaste é indispensável que seja realizado um estudo de exaustão da coleção, para que se tenha a real percepção do espaço físico que a biblioteca dispõe, de acordo com cada área temática. A política de aquisição servirá de base para a compreensão da periodicidade com que se são inseridos novos materiais no acervo. O entendimento de inserção de novos materiais será útil para que se determine como fazer o desbaste dos materiais.

O descarte de materiais é uma etapa necessária para retirar das coleções materiais obsoletos, danificados e/ou não utilizados. Essa atividade ajuda a manter a coleção atualizada e com itens em condições de utilização.

3.1.2.7 Ponto ignorado

A censura e liberdade intelectual não são abordadas como uma seção única em uma PFDC de acordo com a grande parte dos autores, mas tais questões são necessárias e devem ser mais aprofundadas dentro da política. Geralmente essas temáticas são abordadas, mas de maneira sucinta, levando isso em consideração, os próximos tópicos abordam tais temáticas, dentro do âmbito da PFDC.

3.1.2.7.1 Censura e liberdade intelectual

A censura é a tentativa de se privar o acesso a determinado documento, local etc. por considerar tal coisa um perigo para o governo ou prejudicial para a moral (VERGUEIRO, 1987). Pode-se explicar três tipos de censura:

- 1) legal ou governamental;
- 2) pressão individual ou de grupo;
- 3) autocensura. (VERGUEIRO, 1987, p. 24)

Talvez sejam os dois primeiros tipos os mais fáceis de se identificar por se tratar de algo externo, enquanto o terceiro tipo, a autocensura é mais difícil de se identificar por se

tratar de algo interno e pessoal, sendo necessário uma autoavaliação para que se identifique a autocensura. O profissional deve estar sempre atento para que suas crenças e opiniões pessoais não sejam utilizadas como critério para incluir e/ou retirar determinado material do acervo.

Liberdade de expressão, liberdade intelectual e liberdade de leitura são termos que estão envoltos na temática da censura. Liberdade intelectual consiste na liberdade de se ter acesso a todos os tipos de informação sem nenhuma forma de restrição (VERGUEIRO, 1987).

As associações de bibliotecas já se posicionaram sobre questões de liberdade de expressão e intelectual. A declaração “Liberdade de Leitura” da American Library Association (ALA) é um grande marco no assunto. Para Evans (1979) o problema com a censura em bibliotecas remonta ao tempo em que existem as bibliotecas, definindo a como:

A rejeição por uma autoridade da biblioteca de um determinado material que o bibliotecário, o conselho da biblioteca, ou qualquer pessoa (ou pessoas) que pressionem sobre eles considere obsceno, perigosamente radical, subversivo ou muito crítico dos costumes existentes.

Apesar de não ser abordada como uma seção dentro da PFDC, a censura é um assunto importantíssimo e faz-se necessária que os profissionais envolvidos no processo de DC entendam tais temáticas. Dentre bibliotecários afirmar a importância da liberdade intelectual e repudiar a censura é algo “fácil” de se fazer em comparação com tais pensamentos frente a governos e/ou administrações que fazem pressão para que haja uma retirada de materiais contrários aos pensamentos de tais entidades.

É fundamental que esteja de maneira compreensível a diferenciação entre as restrições feitas a determinado material dentro do processo normal de seleção e aquelas que são frutos de censura e/ou tentativa de restringir determinado assunto. No primeiro caso, serão consideradas as restrições no quesito de adequabilidade do material ao acervo da biblioteca, enquanto a segunda, são fruto de concepções pessoais, políticas, religiosas.

A inexistência de uma PFDC é um ambiente propício para a existência de censura e autocensura, levando em consideração que, não há base para se rebater a atividade de censores externos e internos (VERGUEIRO, 1987).

No âmbito de Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, a liberdade intelectual deve ser abordada de maneira que forneça um plano detalhado sobre como lidar com as reclamações, e como proceder quando a biblioteca for alvo de campanhas de grupos e/ou indivíduos buscando a remoção de determinados materiais da coleção.

3.2 Desenvolvimento de coleções e os tipos de bibliotecas

Desde os primórdios as bibliotecas surgem com o intuito de reunir, organizar, disseminar e preservar os documentos e/ou informações. Mesmo que tais funções não foram sempre abarcadas com a mesma importância, sempre estiveram presentes em diferentes níveis de relevância. Ranganathan (2009, p. 50) define a biblioteca como “coleções de livros, formadas para atender a uma finalidade especial”.

Na percepção de Evans (1979), as bibliotecas podem ser classificadas em quatro tipos gerais, sendo elas: acadêmicas, escolar, especializada e pública. Cada tipo de biblioteca executa determinadas funções básicas de acordo com a sua natureza. Cada perfil de biblioteca possuirá uma população específica de usuários.

Da mesma maneira as autoras Rezende e Marchiori (1994) salientam que existem categorizações dos tipos de bibliotecas, que se encontram divididas a partir de suas similaridades, tipos de usuários, serviços prestados, acervo, etc. Em suma, os tipos de bibliotecas seguirão caminhos diferentes nos eixos de origens, destinatários e materiais abarcados.

Análise da comunidade, objetivos, missão, critérios de seleção, preocupação com a censura e/ou liberdade intelectual são algumas das maneiras pelas quais as políticas de seleção diferem de acordo com o tipo de biblioteca, pois cada uma dará mais ênfase em algum desses critérios do que em outros..

Por outro lado, o Desenvolvimento de Coleções é um processo universal para todos os tipos de bibliotecas. A diferença se dará na ênfase que cada tipo de biblioteca dará para as diferentes etapas. Como por exemplo, em bibliotecas comunitárias a ênfase maior estará na análise da comunidade, enquanto em uma biblioteca especializada haverá maior realce na política e seleção.

Para Evans (1979) é notável a existência de padrões nas políticas, mesmo em tipos diferentes de bibliotecas, obviamente existem as exceções, mas é possível enxergar o padrão aparente na maioria das áreas.

3.3 Bibliotecas especializadas

As bibliotecas especializadas começaram a surgir a partir do século XX, logo no início, sendo fruto do desenvolvimento decorrente da fase industrial, no qual houve avanços da área da ciência e tecnologia (VERGUEIRO, 1979).

Quando se aborda o conceito de biblioteca especializada, podemos separar três princípios teóricos, sendo eles: o que foca no acervo que a biblioteca possui e disponibiliza; a vertente que analisa o tipo de usuário que a biblioteca serve e o que observa a coleção associada ao tipo de usuário.

Ashworth (1967) e Figueiredo (1978) possuem visões semelhantes, o primeiro entende que a biblioteca especializada será norteada para materiais de um determinado assunto e/ou grupo de assuntos específicos. Enquanto a segunda percebe a biblioteca como um sistema de informação absorvido por um determinado assunto ou grupo de conhecimentos afins.

Figueiredo (1979) apresentará características gerais para uma biblioteca especial, sendo elas:

- Profissionais de alto nível;
- Estrutura organizacional claramente definida;
- Um financiamento de alto e/ou médio custo;
- Dentre os materiais abarcados temos livros, folhetos, periódicos, publicações governamentais (ou publicações oficiais), relatórios técnicos de pesquisa, etc.;Orientação por assunto;
- Geralmente são “achadas” em instituições de pesquisa, governamentais ou sociedades profissionais;
- A coleção não precisa ser grande, mas sim continuamente avaliada e;
- Oferta serviços especiais e personalizados.

Para Cezarino (1978) uma biblioteca especializada é uma unidade que fará parte de uma instituição, seja ela governamental, particular ou pertencente a associações com o intuito de fornecer informações relevantes, em um campo do saber específico, para os usuários.

Os conceitos de Ashworth e Figueiredo tratam do acervo que a biblioteca dispõe, enquanto Cezarino está focado no tipo de usuário que frequenta a biblioteca. Já Langridge (1977, p. 81) diz que as bibliotecas especializadas são aquelas “[...] que enfatizam uma área do conhecimento ou servem a um grupo especial de pessoas (frequentemente com o mesmo interesse).”

Oliveira e Souza (2017, p. 190) definem cinco especificidades das bibliotecas especializadas:

quais sejam sua localização (instituições profissionais, bancos, etc), sua área de cobertura (um grupo de temas ligado a entidade a qual prestam serviço), seu tipo de usuário (servidores, grupo social, etc), seu tamanho (comumente reduzido) e sua função (disseminar a informação para fins imediatos e utilitários).

Miranda (2007) ressalta como funções das bibliotecas especializadas a especificidade com que a informação deve ser recuperada e disponibilizada, a eficiência, rapidez, tratamento exaustivo dos documentos, acesso a base de dados especializadas na área temática da biblioteca e a disseminação seletiva de informação. Como argumenta a autora, esse tipo de bibliotecas possui características diferenciadas, sendo elas: acervo composto por documentos com os mais variados suportes, usuário com alto nível de formação e exigentes, mutualidade com bibliotecas da mesma área do conhecimento e moderna automação dos produtos e serviços oferecidos.

Geralmente, o termo “acervo especializado” é utilizado para definir uma biblioteca especializada. Isso se dá pelo fato de tais centros informacionais possuírem como característica, um acervo seletivo e atual (VOLPATO, 1999).

Em suma, tais centros informacionais buscam agrupar documentos relativos a um assunto específico e disponibilizá-los para os usuários de sua instituição, que possuem necessidades informacionais específicas, de maneira que propicie a geração de novos conhecimentos na área.

Para Vergueiro (1993) a maior diferença presente no DC em bibliotecas especializadas se encontrará na necessidade de uma maior especificação da seleção, e

consequentemente política de seleção, para buscar alcançar uma adequação com os objetivos da organização.

4 METODOLOGIA

Para Gil (2010) a pesquisa é uma metodologia racional e sistemática que tem por objetivo fornecer respostas a um problema proposto, ou quando se busca saber mais sobre algo. Uma pesquisa pode ter como estopim a falta de informação para responder a um problema, ou até mesmo quando a informação se encontra em um estado de desordem.

Este trabalho utilizou alguns tipos de pesquisas existentes, foram utilizadas as de natureza qualitativa, bibliográfica e documental. Tendo como bases tais abordagens de pesquisa, este trabalho consiste em um levantamento da quantidade de bibliotecas que fazem parte da RBP e quantas possuem política de desenvolvimento de coleções. Passando dessa primeira parte, foi feito um estudo qualitativo, bibliográfico e documental analisando os critérios abordados nas políticas avaliadas.

No quadro 1 é apresentado as técnicas e métodos de pesquisa e análise em contraponto aos objetivos específicos deste estudo.

Quadro 1 – Metodologia adotada na pesquisa

Objetivo	Fonte dos Dados	Técnica de Coleta	Técnica de Análise
Identificar e analisar critérios e etapas essenciais para o desenvolvimento de acervos em bibliotecas especializadas;	Trabalhos de: Broadus (1991); Evans (1979); Vergueiro (1995); Weitzel (2013); entre outros...	Pesquisa Bibliográfica	Revisão Narrativa
Identificar e quantificar as bibliotecas das unidades de pesquisa do MCTI que possuem políticas de desenvolvimento de coleções consolidada;	Dados disponibilizados pelo Governo; Questionário preenchido pelas bibliotecas da RBP;	Técnica Investigativa	Análise Descritiva
Identificar e analisar os critérios e etapas contempladas nas políticas existentes na RBP;	Documentos disponibilizados pelas bibliotecas da RBP	Pesquisa Documental	Análise Documental

Fonte: Elaborado pela autora

Para atender os objetivos desta pesquisa, no primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas consideradas pertinentes para a realização do trabalho. A revisão de literatura é um processo de análise, busca e descrição de um corpo do conhecimento em uma investigação de resposta a um determinado questionamento

(Grupo Anima Educação, 2014) . Esse processo de pesquisa é extremamente útil para o desenvolvimento do conhecimento científico, levando em conta que confronta informações de diferentes fontes e suportes, juntando em um único documento o conhecimento existente acerca de determinado tema.

Sendo mais específica, após a pesquisa bibliográfica, se valeu de uma revisão narrativa. De acordo com ROTHER (2007, p. ix), esse tipo de revisão utiliza-se “da aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema em curto período de tempo” [...] “para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual”. Ou seja, constitui-se basicamente “[...] da análise da literatura, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador” (ROTHER, 2007, p. ix).

A pesquisa foi realizada de maneira híbrida, ou seja, se utilizou de bases de dados disponíveis online e catálogos de bibliotecas físicas. Tendo sido utilizados livros disponíveis na Biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). As pesquisas online foram feitas no Portal de Periódicos da CAPES, na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Google Scholar.

Realizou-se buscas simples e avançadas utilizando os termos em português e inglês se valendo de palavras-chaves específicas, não se utilizou recortes em relação a data de publicação. As palavras-chaves mais utilizadas foram: Política de desenvolvimento de acervos, developing library collections, library collection development policies e collection development, library acquisition policies.

Para a coleta de dados se aplicou um questionário nas bibliotecas da RBP. Um questionário pode ser conceituado como uma técnica investigativa. Deve-se, portanto, supor que ele é composto por uma forma de questionamento a partir de perguntas feitas ao entrevistado. Trata-se certamente de ter em mente o que precisa ser coletado e levantado por meio de questões específicas. Para Gil (2008, p.121) um questionário pode ser definido como:

uma técnica investigativa que consiste em um conjunto de perguntas que são submetidas às pessoas com o objetivo de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, medos, comportamentos presentes ou passados, etc.

Um questionário pode ser realizado de maneira oral, como um interrogatório, ou de maneira escrita. Questionários escritos podem ser aplicados de maneira física ou virtual. Como qualquer ferramenta de coleta de dados, o formulário possui vantagens e desvantagens. Foram consideradas as desvantagens, mas as vantagens se mostraram mais relevantes, principalmente a possibilidade de alcançar pessoas com áreas geográficas dispersas, como é no caso desta pesquisa.

O questionário utilizou as seguintes formas de questões:

- Fechadas: foram utilizadas, em sua grande maioria, questões fechadas, pedindo para que os entrevistados escolhessem uma alternativa entre as que foram apresentadas;
- Dependentes: as questões eram dependentes, ou seja, dependendo da resposta uma pergunta condicionada era revelada, traçando um caminho variado de acordo com as respostas;
- Abertas: uma única questão aberta foi utilizada como espaço para que os respondentes forneçam suas próprias respostas, suas opiniões acerca do assunto.

Como supracitado, um formulário escrito pode ser aplicado de maneira presencial ou virtual. Os questionários online se tornaram uma ferramenta muito utilizada para a coleta de dados atualmente, ainda mais depois da pandemia do Covid-19.

Este trabalho recorreu aos formulários online pelas diversas funcionalidades, principalmente pelo fato de que os entrevistados se encontram em estados diferentes. Foi utilizada a ferramenta Forms, do Google, para a criação e disponibilização dos formulários aos entrevistados. O recurso Google Forms é um serviço gratuito que permite criar um formulário online. Dentre as funcionalidades temos perguntas de múltipla escolha, questões discursivas, seções, entre outras opções.

Na construção desta pesquisa desenrolou-se a análise conceitual dos conceitos vistos na literatura acerca do Desenvolvimento de Coleções, da política e das atividades envolvidas nesse documento. Além do mais, realizou-se uma análise dos dados coletados.

4.1 Marco teórico

A rápida multiplicação de documentos fez com que o processo de desenvolvimento de coleções se tornasse mais complexo, sendo necessário agora pensar em quais obras deveriam ser adquiridas e porque, além de avaliar se algum documento não faria mais sentido para aquela coleção. No início se seguiam as ideias de bibliófilos, mas com o passar dos anos se sentiu a necessidade de pesquisas que respondessem aos questionamentos que se faziam presente durante a formação e desenvolvimento de acervos.

Durante os anos 1950 e 1960 vê-se uma grande adesão das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções nas bibliotecas, inicialmente surgindo como um documento que resguardava as escolhas feitas pelos bibliotecários. A partir de 1970, as PFDC eram adotadas como maneira de garantir que o orçamento fosse utilizado de maneira consciente. Com o aumento de bibliotecas aderindo às políticas e buscando compreender melhor o desenvolvimento de coleções, logo começaram a surgir pesquisas abordando a temática. E é dos anos 1980 para frente que há uma grande quantidade de documentos analisando e conceituando o DC.

Como muito é falado, após a invenção da prensa as bibliotecas se viram diante da impossibilidade de coletar tudo que era produzido, além disso, havia também o fator de espaço físico que nem sempre era suficiente

O trabalho teve como base teórica, em sua maioria, textos dos anos 1980 aos anos 2000. Isso se deu pelo fato de que essa época foi quando o Desenvolvimento de Coleções estava em alta. Dessa maneira, a presente pesquisa utilizou em sua maioria os teóricos da década de 1980, 1990 e 2000. Entretanto, não se excluiu a utilização de textos mais recentes.

4. 2 Delimitação do estudo

O presente trabalho propõe-se a analisar as políticas de desenvolvimento de coleções, quando existentes, das bibliotecas das unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), indica-se, portanto, que o universo da pesquisa é as bibliotecas pertencentes a Rede (RBP)

4.2.1 Rede de bibliotecas das unidades de pesquisa

A Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa foi instituída pela Portaria nº 739, de 21 de setembro de 2010 do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), atualmente denominado de Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A RBP foi criada em 2009, almejando propiciar o acesso e compartilhamento de informações científicas e tecnológicas nacionais.

De acordo com a Portaria nº 739, a Rede é dirigida por meio do Comitê Gestor, composto por membros responsáveis pelas bibliotecas das Unidades de Pesquisa. O comitê tem como objetivo: propor políticas para otimização dos acervos bibliográficos das bibliotecas; gerir de forma integrada os acervos bibliográficos; propor, elaborar e rever procedimentos relativos às ações da Rede; prospectar soluções e propor projetos para melhoria dos serviços das bibliotecas; promover o trabalho colaborativo e a otimização dos serviços das bibliotecas (BRASIL, 2010)

A primeira reunião da rede ocorreu no mesmo ano, na sede do MCTI, e possuía o objetivo de começar uma ação de aquisição unificada de periódicos científicos. Em vez de cada unidade realizar uma compra individual, apenas uma, com a demanda de todas as bibliotecas, seria encarregada por essa ação em conjunto. O Ibict ficou responsável pela compra unificada.

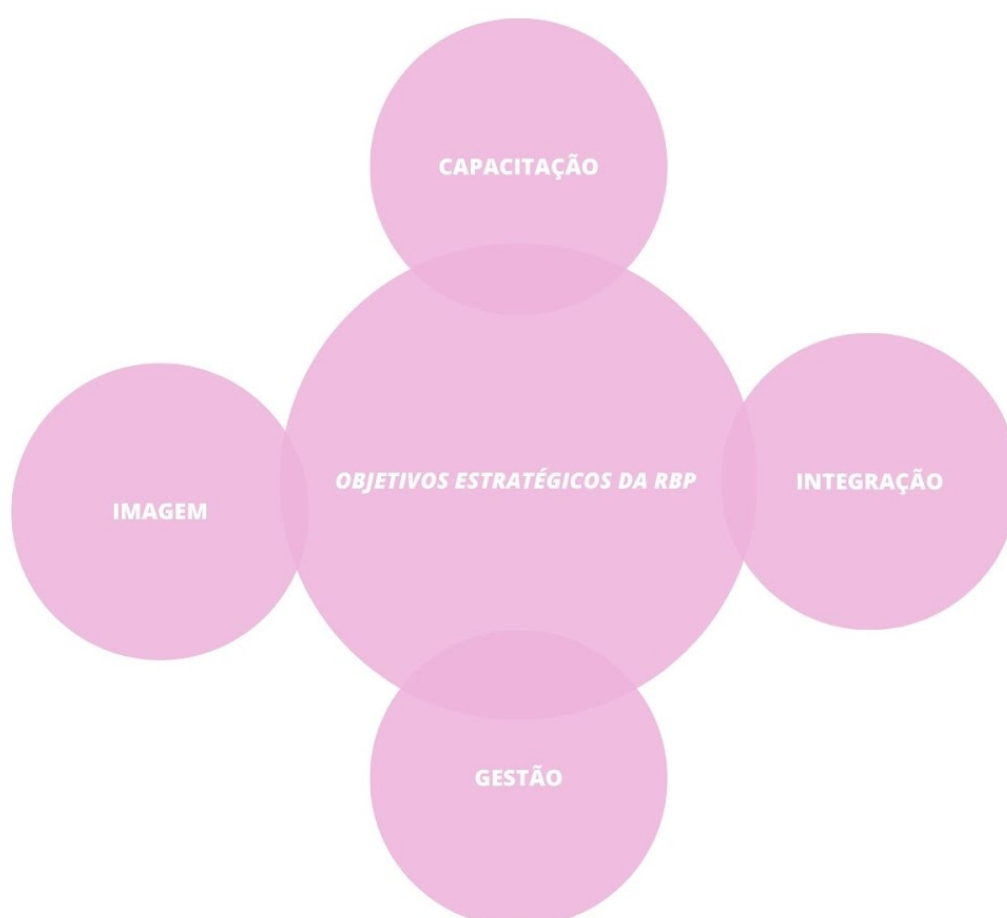
Atualmente a rede é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI). No papel de coordenador, o IBICT, tem a competência de apresentar as demandas e orientações do MCTI para a atuação da Rede; manter o MCTI informado sobre o andamento dos projetos e atividades da Rede; promover e articular a realização de eventos de capacitação; e promover atividades que proporcionem o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre as equipes das bibliotecas dos Institutos de Pesquisa do MCTI (BRASIL, 2010).

Das 27 instituições que compõem a Rede MCTI, às 17 seguintes compõem a RBP, sendo elas: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Instituto Brasileiro de

Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg), Observatório Nacional (ON) e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Os objetivos estratégicos da Rede RBP estão estruturados em quatro pilares:

Figura 3 - Objetivos Estratégicos da Rede



Fonte: Reprodução, com base em informações do Portal do Governo Brasileiro

Em 2019 a RBP completou dez anos de existência, ao longo desse tempo, a Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI, executou diversas ações, tais como Seminários Temáticos voltados para a comunidade interessada, treinamentos internos para os membros da Rede, reuniões e principalmente o compartilhamento de experiências e tentativas visando a transparência da ciência e tecnologia do país.

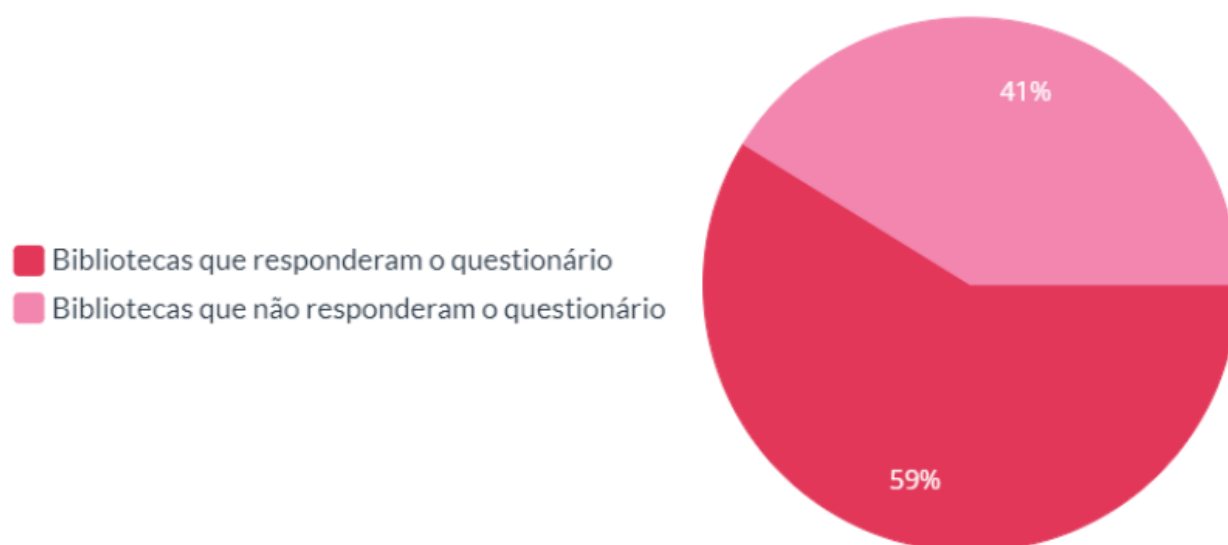
5 CONTEXTO, APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo visa apresentar os resultados obtidos na investigação realizada com as bibliotecas da RBP. Além de buscar cumprir alguns dos objetivos específicos propostos nesta pesquisa.

Inicialmente a coleta de dados foi realizada entre os dias 01 de dezembro até dia 24 do mesmo mês. Em decorrência do número extremamente baixo de bibliotecas que responderam o formulário, o tempo para envio das respostas foi estendido até o dia 20 de janeiro, na expectativa de alcançar mais respostas. O questionário foi enviado para as 17 bibliotecas, sendo essas as bibliotecas que fazem parte da RBP. Apenas 10 bibliotecas responderam ao questionário, sendo estas utilizadas para a análise e interpretação dos dados da pesquisa.

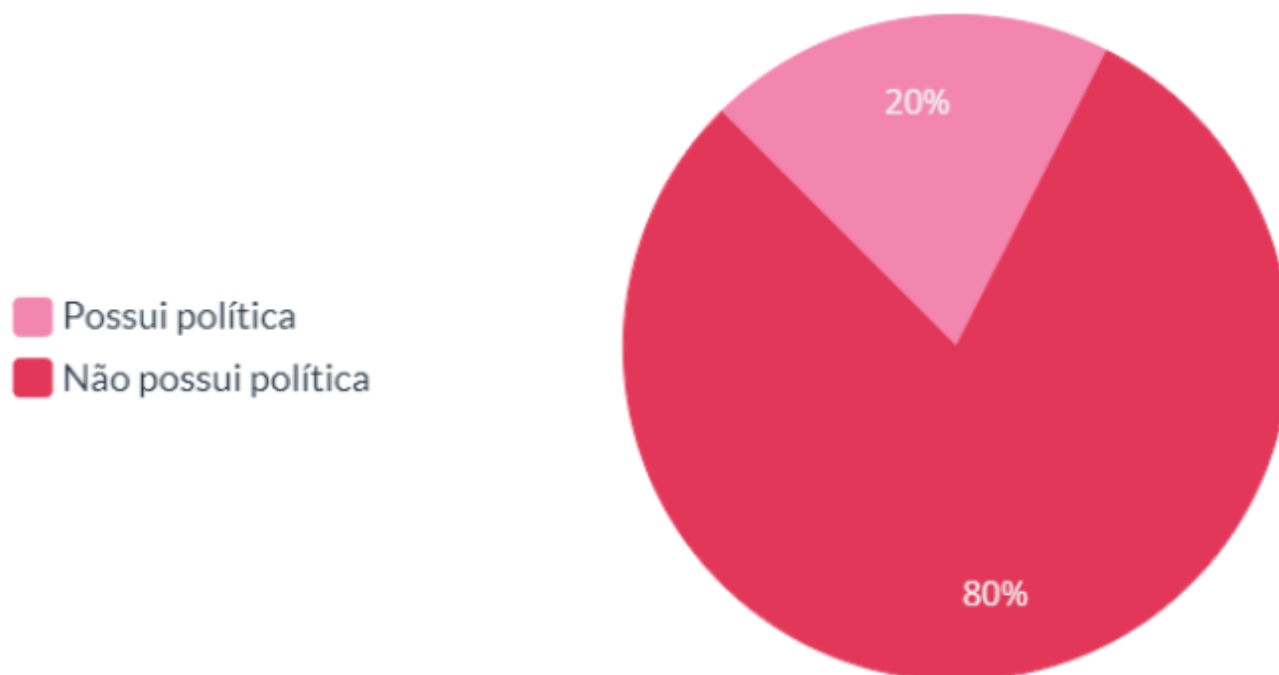
No gráfico abaixo, vemos o percentual entre as bibliotecas que responderam e as que não responderam. Como demonstrado na imagem, mais da metade das bibliotecas responderam ao questionário, fornecendo uma margem aceitável para realizar uma análise da RBP.

Gráfico 1 – Quantitativo de bibliotecas que aderiram ao questionário



Ao questionar os entrevistados sobre a existência de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções na biblioteca, foi verificado que apenas 20% das bibliotecas possuíam uma política. No gráfico 2, pode-se ver o percentual de bibliotecas que possuem, ou não, uma política.

Gráfico 2 – Quantidade de bibliotecas da rede que possuem políticas

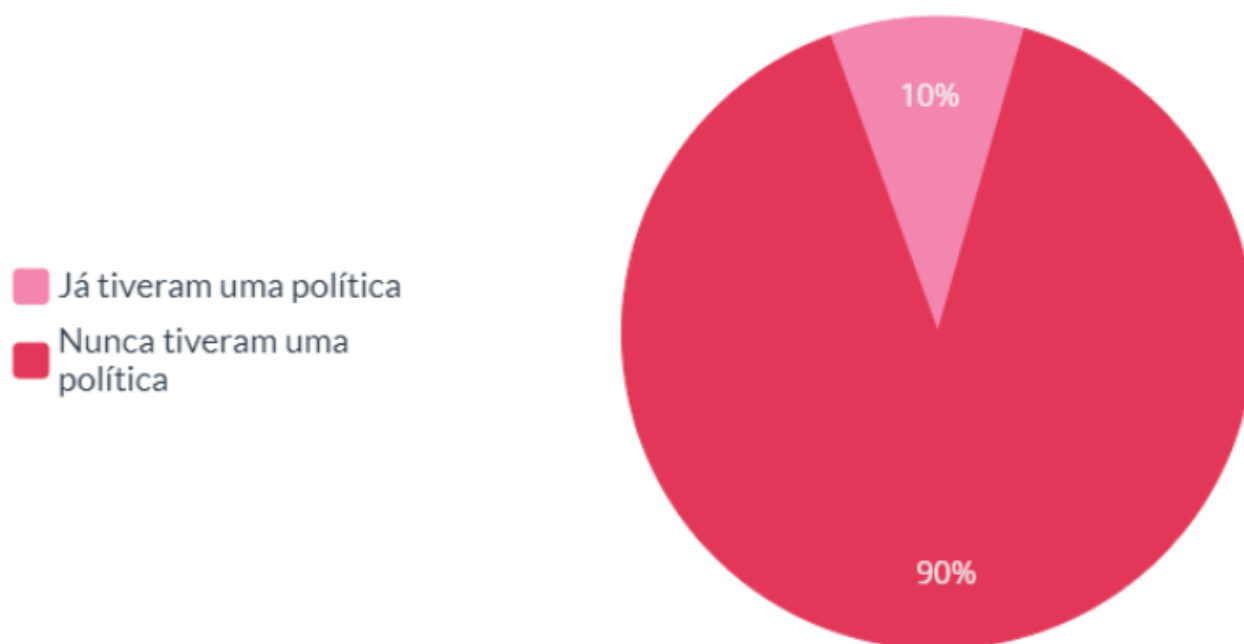


Fonte: Elaborado pela autora.

Entre as bibliotecas que possuíam política, apenas uma informou que tem uma PFDC atualizada, ou seja, que tenha sido revisada a menos de 3 anos.

Ao questionar as bibliotecas que não possuem política se em algum momento tal centro informacional já teve uma política, as respostas foram desanimadoras. Como visto no Gráfico 3, apenas uma biblioteca já contou com um documento norteador.

Gráfico 3 – Histórico de políticas

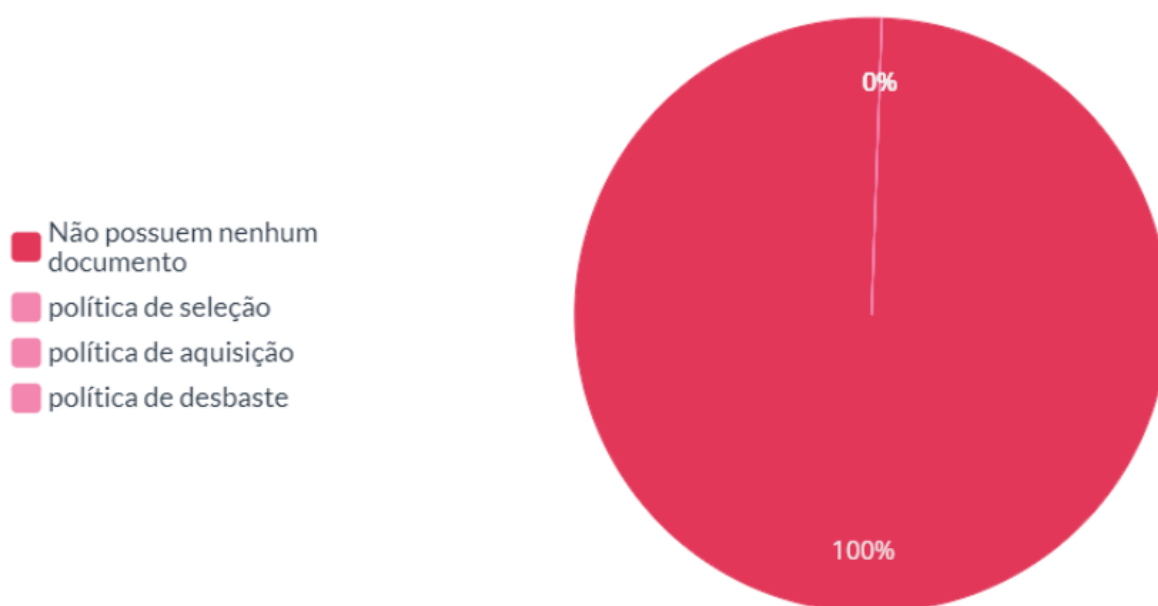


Fonte: Elaborado pela autora.

No questionário, as bibliotecas que responderam que nunca dispuseram de uma política, foram redirecionadas para um caminho de perguntas condicionadas. Em uma dessas perguntas, foi questionado se essa biblioteca contava com qualquer outro documento que poderia servir de auxílio para as atividades do Desenvolvimento de Coleções. Documentos tais como: política de aquisição, política de desbaste, manual para recebimento de doações, manual para desbaste, manual para avaliação da coleção, manual de seleção e/ou documento com fontes e critérios para a seleção. Além disso, foi deixada uma opção “outros”, para o caso de haver algum documento que pudesse nortear tais atividades, mas que não constava nas opções fornecidas no formulário.

A intenção dessa pergunta era descobrir se, apesar do fato de não contar com a política, a biblioteca se baseava em algum tipo de documento para atividades do DC. No Gráfico 4 podemos ver que 100% das bibliotecas sem política, também não possuem nenhum documento que dê um norte durante as atividades de Desenvolvimento de Coleções.

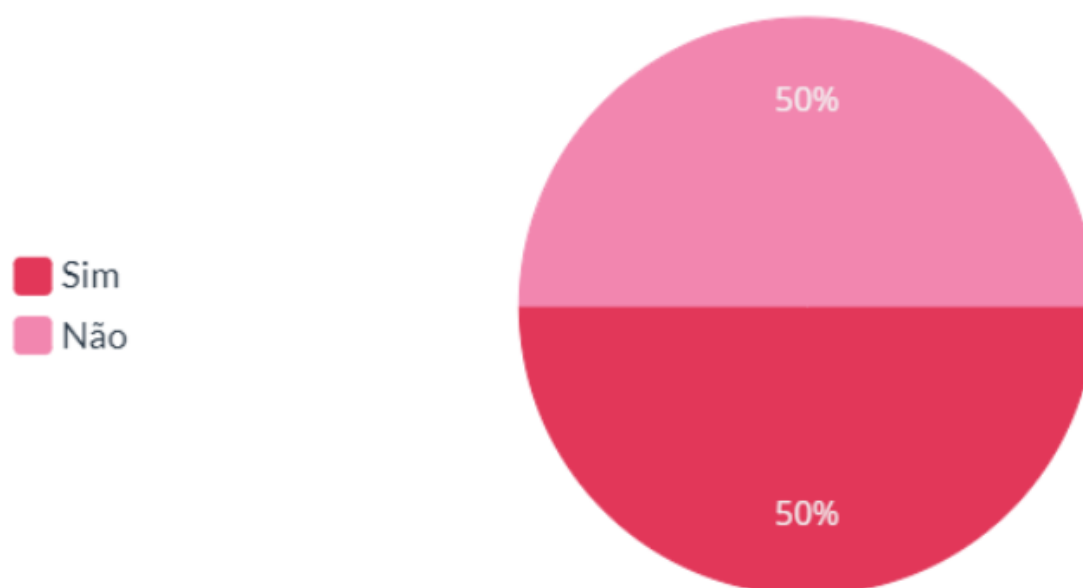
Gráfico 4 – Existência de outros documentos norteadores



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico abaixo demonstra as respostas das bibliotecas sobre a atualização de suas políticas. As bibliotecas que assinalavam que possuíam políticas, no questionário, eram redirecionadas para perguntas específicas. Dentre essas perguntas, estava o questionamento sobre a atualização dos documentos. Foi estabelecido uma periodicidade máxima de 3 anos, para a atualização da política.

Gráfico 5 – A política está atualizada?



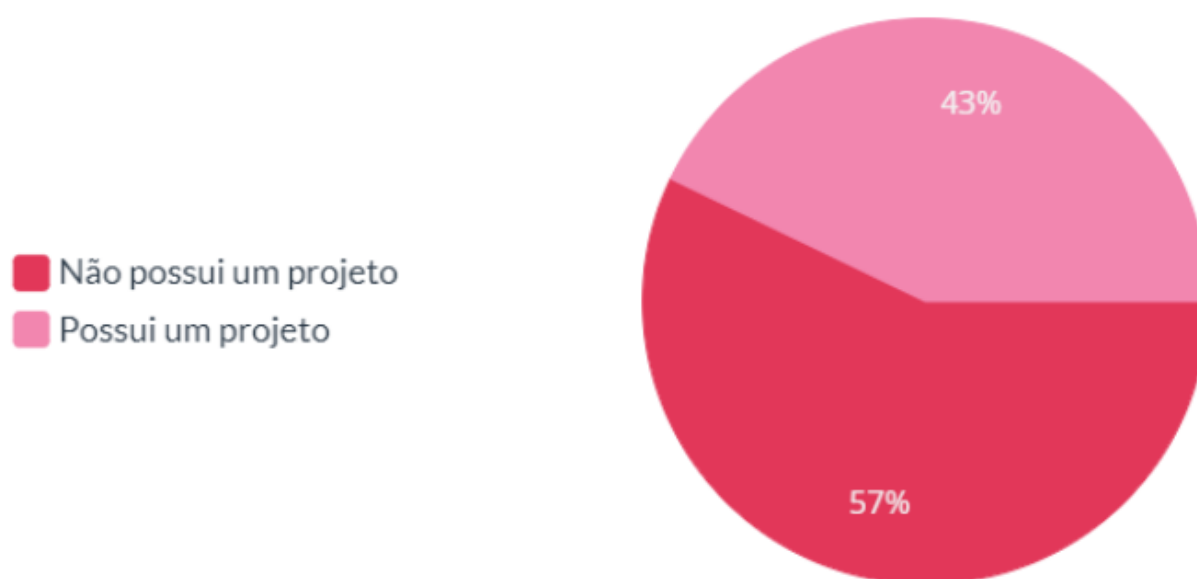
Fonte: Elaborado pela autora.

Quando questionadas se as políticas se encontram atualizadas, as respostas ficaram divididas, 50% assinalaram que não, ou seja, a PFDC não era atualizada a mais de 3 anos. Enquanto os outros 50% responderam que sim, a política foi atualizada dentro desse período de tempo.

Logo em seguida, foram questionados sobre a possibilidade de atualização das Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções e novamente as respostas se encontram divididas.

As bibliotecas que não possuíam políticas foram condicionadas a perguntas diferentes, uma delas era sobre a existência de um projeto para criação de uma política. No Gráfico 6 está exposto o percentual de acordo com as respostas.

Gráfico 6 – Projeto de elaboração de uma política



Fonte: Elaborado pela autora.

Como visto, o percentual de bibliotecas que não possuem planos para a elaboração de uma política é maior que as que estão em busca de uma PFDC.

Possui-se como objeto da pesquisa, analisar as políticas de formação e desenvolvimento das bibliotecas da RBP de acordo com as diretrizes teórica. Na figura 9, é feita a comparação das seções levantadas durante a pesquisa, como básicas em uma política, com as seções presentes na política disponibilizada pela biblioteca.

Tendo em vista que a grande maioria das bibliotecas não possuem uma política e/ou expectativa para elaboração de uma PDFC, foi pensado em definir componentes básicos de uma política e como se iniciar tal documento. Esses dados podem ser úteis para aqueles que estão em processo de criação de uma política, além de servir como parâmetros para os que não sabem por onde começar. Tais diretrizes são baseadas na base teórica desta pesquisa.

Quadro 2 – Comparação entre o esperado e o contemplado

Sessões básicas	Sessões presentes na política da biblioteca
Descrição da comunidade	
Objetivos e metas	×
Cobertura do assunto	
Os tipos e formas de materiais abarcados	
A seleção de materiais	×
Aquisição de materiais	×
Fontes de compras	
Modalidades de pagamento	
Preservação e conservação	
Cooperação entre bibliotecas	
Doação	×
Avaliação da coleção	×
Desbaste	×
Tempo de revisão da política	×

Fonte: Elaborado pela autora.

As bibliotecas da rede analisada possuem um grande papel no subsídio de informação especializada e conseqüentemente produção de conhecimento. As bibliotecas são vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que é grande aliado ao desenvolvimento tecnológico e científico do país. Além disso, o MCTI busca a produção

de conhecimentos, gerar riquezas para o Brasil e contribuir para a qualidade de vida dos brasileiros.

A Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI é composta por bibliotecas especializadas, que possuem usuários com necessidades informacionais específicas e atualizadas. Não somente possuem usuários exigentes, como também, fornecem informações para uma comunidade que está intimamente ligada com a produção de conhecimento científico em ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

O perfil das bibliotecas da RBP exige que o acervo esteja atualizado e reflita as necessidades informacionais da sua comunidade. Ou seja, a formação desses acervos não pode ser realizada de qualquer maneira, ela deve ser baseada em critérios e diretrizes claras e coerentes com as metas e objetivos da biblioteca.

Os dados da pesquisa mostraram uma realidade que não era o esperado de uma rede de bibliotecas especializadas, vinculadas a um dos maiores responsáveis pela produção de conhecimento no país.

6 CONCLUSÃO

Como visto anteriormente, apenas 20% das bibliotecas possuíam uma política. Dentre as políticas existentes, apenas uma se encontrava atualizada. É necessário a utilização dos critérios e diretrizes de uma PFDC quando se busca um acervo coerente e atualizado. A formação e desenvolvimento de coleções é mais do que apenas selecionar e adquirir itens, é um processo contínuo que precisa estar em constante atualização e/ou revisão.

Independentemente de quão específica for a política, tal documento gastará tempo e recursos da biblioteca para a sua concretização. Se tal documento será utilizado como guia interno, é importante que a comunidade interna e externa compreenda o porquê desse documento. A política norteará a equipe da biblioteca durante as atividades de Formação e Desenvolvimento do Acervo da biblioteca, além de informar para o público sobre os princípios nos quais essas atividades são embasadas.

Talvez por demandar um esforço inicial, as bibliotecas não consigam concretizar a elaboração de uma política, ou talvez desconheçam a real importância e benefícios de tal documento para a biblioteca.

Nem sempre a equipe da biblioteca irá dispor de pessoal, equipamento ou tempo. Por diversos motivos uma biblioteca pode não ter sua própria Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, mas pode dispor de outros documentos que norteiam as atividades de seleção, aquisição, doação, desbaste e descarte. Entretanto, esse não é o caso das bibliotecas que não possuem política na RBP. De acordo com o questionário, esses locais realmente não se guiam por nenhum documento contendo um caráter formal e lógico.

Os dados mostraram a realidade de muitas bibliotecas, que é a falta de um documento norteador e um acervo formado de maneira lógica. Essas coleções, como descreve Vergueiro (1987, p.193), não se desenvolveram como deveria, elas apenas “incharam”.

Esses materiais, que não foram adquiridos seguindo uma lógica, adquiridos ao acaso, tiveram um custo. Mesmo os materiais doados ainda geram custos para a biblioteca, esse item utilizou recursos humanos, tempo e espaço. Então, esses materiais podem estar desperdiçando recursos e espaço da biblioteca, chegando muitas vezes a

nunca serem usados. Esse é um dos riscos de deixar o acervo de uma biblioteca “inchar”, crescendo sem seguir diretrizes lógicas.

Uma política não é simplesmente um documento formal, ela oferece vantagens para as bibliotecas que fazem uso da mesma, podendo ser citadas as seguintes vantagens:

- Instiga a equipe a focar nas metas da biblioteca, além de se comprometer com tais objetivos. Fazendo com que identifique as necessidades de longo e curto prazo da comunidade e assim estabelecer prioridades para a alocação de recursos;
- Auxilia a garantir que a biblioteca esteja comprometida a servir todas os segmentos da comunidade, até mesmos prováveis usuários;
- Viabiliza base para criação de padrões de qualidade para a execução da seleção e descarte;
- Expressa aos administradores, usuários, outras bibliotecas etc. sobre o escopo e natureza da coleção, facilitando a comunicação entre bibliotecas e/ou usuários;
- Ajuda a diminuir o viés pessoal durante os processos;
- Permite continuidade em coleções de diversos tamanhos além de poupar a equipe de críticas injustificadas;
- Serve de auxílio durante treinamentos para novos funcionários e ainda padroniza as informações a serem repassadas;
- Fornece um meio para avaliação da equipe;
- Provê informações para auxiliar na alocação de recursos orçamentários;
- Pode ser utilizado como ferramenta para justificar e rebater críticas em relação a seleção e desbaste de materiais. (EVANS, 1979)

A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções é uma ferramenta valiosa e multifuncional. Podendo auxiliar na comunicação, relações-públicas, desenvolvimento da equipe, treinamento e avaliação. Da mesma maneira, irá reduzir a falta de comunicação, mal entendidos, além de reduzir o tempo gasto esclarecendo os procedimentos e funções. Ao longo do tempo, as políticas não só economizam tempo e energia, mas também ajudam a equipe e administração a se prevenir de pressões e/ou tentativas de censura.

Como visto ao longo da pesquisa, o estudo da comunidade e os dados acerca dos usuários são de extrema importância para todo o processo de Desenvolvimento de

Coleções. Para aqueles envolvidos no DC, em qualquer tipo de biblioteca, conhecer a comunidade é uma necessidade prática. Para Romero (2007, tradução nossa), a coleção será útil quando os itens selecionados, de maneira individual, tiverem como alicerce as necessidades da comunidade.

A política como documento formalizado e escrito, permite que mesmo diante da mudança de equipe, o Desenvolvimento de Coleções poderá ser encaminhado da mesma maneira que vinha sendo antes. Levando em conta que, a falta de uma PFDC faz com que o processo de DC seja feito de maneira arbitrária, seguindo diretrizes e critérios sem nenhum consenso e embasamento.

Na falta de política, sempre que houver uma mudança na gerência da biblioteca, haverá mudanças na maneira de se realizar as atividades envolvidas no processo de Desenvolvimento de Coleções, ou seja, um acervo sem padrão e nenhuma continuidade.

A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleção, nas bibliotecas da rede, não surge somente como memória e maneira de passar adiante as decisões. Esse documento ajudará a justificar as aquisições e decisões tomadas. Por se tratar de bibliotecas de unidades vinculadas ao governo, é esperado que os gastos e decisões estejam bem fundamentadas.

A qualquer momento as decisões tomadas podem ser questionadas por autoridades e/ou superiores. Nesse momento a política servirá de base para fundamentar as escolhas.

Durante a análise dos dados, foi possível ver que nem todas as bibliotecas responderam ao formulário. A meta inicial esperada durante a pesquisa, era que se tivesse alcançado todas as bibliotecas e fossem viáveis as informações necessárias para se concretizar o objetivo geral desta pesquisa. Que era comparação entre os critérios abordados nas políticas existentes com os critérios sugeridos pelo levantamento teórico. Entretanto, em decorrência da baixa quantidade de bibliotecas que possuem políticas e as respostas coletadas, foi possível analisar apenas um documento. No entanto, a falta de respostas e políticas também forneceu base para a análise da condição em que se encontra o Desenvolvimento de Coleções na RBP.

Durante a coleta de dados, foi levantado que duas bibliotecas possuem uma política, entretanto, apenas um único documento foi disponibilizado para a análise. Esse documento continha sete, dos quatorze critérios esperados de uma política. Além disso, a

política era bastante antiga, ou seja, desatualizada no quesito de contexto e necessidades da biblioteca atualmente.

Ao decorrer da pesquisa ficou nítida a importância de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, além do fato de que a ausência de tal documento pode impactar negativamente na qualidade do acervo e dos produtos ofertados pela biblioteca.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, J. P. Política de seleção em bibliotecas públicas: uma questão prioritária. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 9, n. 1, 1985. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/17412>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BROADUS, Robert N. The history of collection development. In: OSBURN, Charles B.; ATKINSON, Ross (Ed.). *Collection management: a new treatise*. Greenwich, Connecticut: JAI Press, 1991. p. 3-28.

BRASIL. Portaria nº 739, de 21 de setembro de 2010. Institui a Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCT. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 set. 2010. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/215258-rede-de-bibliotecas-institui-are-de-de-bibliotecas-das-unidades-de-pesquisa-do-mct.html>. Acesso em: fev. 2023.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de; KLAES, Rejane Raffo. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: proposta de metodologia e estatísticas. **SNBU** - Edição: 07 - Ano: 1991 . Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4623>. Acesso em: abr. 2022.

CASSELL, Kay Ann; FUTAS, Elizabeth. **Developing Public Library Collections, Policies and Procedures**. New York: Neal-Schuman, 1991.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

PATEL, Sanjay. Collection development in academic libraries .**International Journal of Library and Information Science**, 8(7):62-67, 2016. Disponível em: <https://academicjournals.org/journal/IJLIS/article-full-text-pdf/FC733EB61220>. Acesso em: 2022.

EVANS, G. Edward. **Developing Library Collections**. Colorado: Libraries Unlimited, 1979.

FARRELL, David. Policy and Planning. In: OSBURN, Charles B.; ATKINSON, Ross. *Collection Management: A New Treatise*. Greenwich, CT:JAI, 1991. p. 60 - 61.

FREITAS, Beatriz Silva. Silêncio e censura: a biblioteca da Universidade de Brasília nos anos de chumbo da ditadura militar. 60 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

FIGUEIREDO, N. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1979. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75729>. Acesso em: 2022.

GARDNER, Richard K. Collection Development Policies. In: _____. Library Collections: their origin, selection and development. New York: McGraw-Hill Book Company, 1981, p. 221-231.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO. **Manual Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.

IGAMI, Mery P. Zamudio e VERGUEIRO, Waldomiro. A importância da avaliação no desempenho das bibliotecas especializadas. 2003, Anais.. Belo Horizonte: UFMG, 2003. . Acesso em: 24 dez. 2022.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói; Intertexto, 2006.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MILANESI, L. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 97 p. 59-70, Març./Abri./Maio, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574>. Acesso: 27 de mai. 2018.

MIRANDA, A. C. C. de. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. I.], v. 17, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/463>. Acesso em: 29 out. 2022.

OGDEN ,Sherelyn. **Armazenagem e Manuseio**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/08/1_9.pdf. Acesso em: nov. 2022.

PARMESHARAM, M. Collection development in university libraries: policy and procedures. **Desidoc Bulletin of IT**, v.17, n.2, mar. 1997. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/da40cfaecc7df5df535dce3dd32a8875/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2028807> . Acesso em: maio 2022.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Apoio Técnico para Bibliotecas Escolares: instalações e organização do espaço. Disponível em: <http://barril.dapp.min-edu.pt/rbe/apoio-tecnico/be-inst-organizacao.htm> . Acesso em: 2022.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Briquet de Lemos: Brasília, 2009.

ROMERO, Juan José Fuentes. Las definiciones de la colección de materiales de las bibliotecas. Los conceptos de desarrollo y gestión de las colecciones: un estado de la cuestión. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, nº 88-89, Julio-Diciembre 2007, pp. 89-108. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/las-definiciones-de-la-coleccion-de-materiales-de-las-bibliotecas.pdf>. Acesso em: out. 2022.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 20,n. 2, jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

SANTOS, R. B.; SIMEÃO, E. L. M. S.; BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação (coinfo) no bibliotecário protagonista: estudo do perfil da rede de bibliotecas de pesquisa do mctic à luz do diagrama belluzzo®. **Inclusão Social**, v. 8, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/80559>. Acesso em: 19 set. 2022.

SOUZA, Raquel Costa de; OLIVEIRA, Eliane Braga de. A Biblioteca Especializada na Ciência da Informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 31, n. 1, p. 185-194, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56659>>. Acesso em: out. 2022.

SPUDEIT, D.; CORRÊA, E.C.D. Políticas de gestão de estoques informacionais: reflexões conceituais e práticas. In: MELLO, J.; ALMEIDA, J.F.V.R. **Gestão de coleções em unidades de informacionais**. Natal: Editora IFRN, 2017. p. 73-112. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1509/GEST%C3%83O%20DE%20COL>

E%C3%87%C3%95ES%20-%20EBOOK.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 2022.

VERGUEIRO, W. de C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis : APB, 1989. p. 96.

VERGUEIRO, W. de C. S. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 22, n. 1, 1993. DOI: 10.18225/ci.inf.v22i1.512. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512>. Acesso em: 2022.

VERGUEIRO, W. C. S. Estabelecimentos de políticas para o desenvolvimento de coleções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, 1987. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76179>. Acesso em: 20 nov. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3. ed. Brasília: Brique de Lemos, 2010

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. 2. ed. Brasília: Brique de Lemos, 1997. 126 p.

WOOD, Richard J.; HOFFMANN, Frank W. **Library Collection Development Policies: A Reference and Writers' Handbook**. London: The Scarecrow Press, 1996.

WEITZEL, Simone da Rocha. Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. Rio de Janeiro: **Interciência**; Niterói: Intertexto, 2013

APÊNDICE A – Formulário Enviado para as Bibliotecas

Questionário sobre Políticas de Formação e Desenvolvimento de Acervo da RBP

Obrigada por participar da pesquisa. A sua opinião é extremamente importante e me ajudará a reunir informações suficientes para a execução da minha pesquisa.

O formulário foi elaborado para a coleta de informações sobre as Políticas de Formação e Desenvolvimento de Acervo da Rede De Bibliotecas Das Unidades De Pesquisa Do MCTI.

As informações advindas de tal formulário e documentos fornecidos serão utilizadas como base para a Monografia da aluna Maria Vitória Alves Barbosa, graduanda em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Todos os dados fornecidos não serão compartilhados de maneira único e, sim, em sua totalidade.

Se você tiver dúvidas ou problemas para preencher o questionário, entre em contato por telefone ou e-mail.

Tel: (61) 99132-9244

E-mail: 170018385@aluno.unb.br

*Obrigatório

1. Informe a Instituição *

Marcar apenas uma oval.

- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)
- Centro de Tecnologia Mineral (CETEM)
- Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)
- Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)
- Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)
- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI)
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
- Instituto Nacional do Semiárido (INSA)
- Instituto Nacional de Tecnologia (INT)
- Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA)
- Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)
- Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)
- Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)
- Observatório Nacional (ON)
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

2. A sua biblioteca possui uma Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Pular para a pergunta 4*
- Não *Pular para a pergunta 3*

Política de
Formação e
Desenvolvimento
de Acervo

A Política deve seguir o caminhar da instituição, para tanto deve se manter atualizada para que busque refletir os objetivos da organização. Por requerer dados atualizados, nem sempre se faz possível manter uma política atualizada. Dado isso, algumas instituições não possuem uma política vigente, mas em algum momento já

dispuseram de uma.

Com isso em mente responda o questionamento abaixo:

3. Sua biblioteca já teve uma Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo? *

Marcar apenas uma oval.

Sim *Pular para a pergunta 7*

Não *Pular para a pergunta 5*

Atualização da
Política de
Formação e
Desenvolvimento
de Acervos

A política deve refletir o contexto da organização em que a biblioteca está inserida, e sabe-se que, as instituições se encontram em constante evolução e sofrem mudanças. Tendo em mente que essas mudanças podem fazer com que um documento antes útil possa passar a ser desnecessário e/ou desatualizado, por isso é necessário que se busque fazer uma atualização e revisão periódica na política.

Tendo isso em mente, responda o questionamento abaixo:

4. A Política se encontra atualizada? (revisada a menos de 3 anos) *

Marcar apenas uma oval.

Sim *Pular para a pergunta 8*

Não *Pular para a pergunta 7*

Manuais
ou outros
materiais
que
nor-teiem
as
atividades

Nem sempre a equipe dispõe de pessoal, equipamento ou tempo. Por diversos motivos uma biblioteca pode não ter sua própria política de desenvolvimento de coleções, mas pode dispor de outros documentos que norteiem as atividades de seleção, desbaste e descarte. Pensando nisso, responda a pergunta abaixo:

5. Possui algum documento e/ou manual que guie as atividades envolvidas no processo de Formação e Desenvolvimento de acervo? *

Marcar apenas uma oval.

- Manual de aquisição
- Manual de seleção e/ou documento com fontes e critérios para a seleção
- Manual de desbaste
- Manual de doação
- Manual de avaliação de coleção
- Outro
- Nenhum documento

Elaboração
de uma
política

Apesar da falta de recursos, é de extrema importância para um acervo relevante, que se busque a criação de uma política. Com isso em mente, responda o questionamento abaixo:

6. Há algum projeto para a elaboração de uma Política? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Pular para a pergunta 10*
- Não *Pular para a pergunta 10*

Atualização e
revisão da política

Como visto anteriormente, é muito importante uma política atualizada ou revisada. Responda a questão abaixo:

7. Há previsão para a atualização e/ou revisão de tal política *

Marcar apenas uma oval.

Sim *Pular para a pergunta 8*

Não *Pular para a pergunta 8*

Possibilidade
de envio

A análise documental das políticas e/ou manuais das bibliotecas da RBP é essencial para o desenvolvimento do meu trabalho, por isso, solicito o envio de tais documentos. Tais materias serão utilizados exclusivamente para a elaboração do trabalho, lembrando que, caso existam dados sensíveis não será revelado, nem compartilhado. Reforçando que, a contribuição de todas as informações possíveis, são extremamente importantes e sou grata pela ajuda de cada um.
Responda a questão abaixo:

8. Seria possível enviar os documentos existentes? *

Marcar apenas uma oval.

Sim *Pular para a pergunta 9*

Não *Pular para a pergunta 10*

Anexação dos
materiais

Muito obrigada por se disponibilizar a compartilhar comigo o(s) documento(s)

9. Por favor, envie aqui os arquivos

Arquivos enviados:

FIM

Novamente, a participação de cada um foi crucial para a concretização de mais um passinho até a defesa da minha monografia. Espero que esse trabalho também venha a ser uma contribuição para a sociedade e Ciência da Informação.

10. Comentários

O espaço abaixo é livre para que cada um discorde sobre a percepção pessoal sobre a importância do documento de Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos para a biblioteca

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários